



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 66, DE 2017

(nº 375/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 375

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Os méritos da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.

Brasília, 6 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 446 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN

CPF.: 156.737.237-68

ID.: 7532 MRE

1949 Filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral, nasce em 7 de novembro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

1973 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1978 CPCD – IRBr
1985 CAD, IRBr
1986 Mestrado em International Public Policy, na School of Advanced International Studies, John Hopkins University, Washington-DC/EUA
2000 CAE, IRBr, A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira

Cargos:

1979 Terceira-Secretária
1981 Segunda-Secretária
1988 Primeira-Secretária
1995 Conselheira
2003 Ministra de Segunda Classe
2009 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1979 Divisão da Europa-II, assistente
1980 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
1983 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
1986 Embaixada em Budapeste, Segunda e Primeira Secretária
1989 Embaixada em Kingston, Primeira Secretária
1990 48ª Sessão do Comitê Executivo da Associação Internacional de Bauxita, Kingston, Chefe de delegação
1991 Divisão de Imigração, Chefe, substituta
1993 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituta
1995 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1996 Delegação Permanente em Genebra, Conselheira
1999 Embaixada em Assunção, Conselheira
2003 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora
2003 Embaixada em Montevideu, Ministra-Conselheira
2006 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
2009 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

2010-2013	Embaixada em Luanda, Embaixadora
2013	Consulado Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral

Condecorações:

2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006	"Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro
2009	Medalha do "Mérito Santos Dumont" ,da Força Aérea do Brasil
2010	Ordre National du Mérite, Grand Maître, concedida pela República Francesa
2010	Ordem do Rio Branco, Grão Cruz
2016	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2016	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Grande-Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2017

--

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Tailândia
GENTÍLICO	Tailandês
CAPITAL	Bangkok
ÁREA	514 mil km ² (pouco menor que a Bahia)
POPULAÇÃO (2015)	68,84 milhões
IDIOMAS	Tailandês (oficial), inglês, idiomas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Casa de Representantes)
CHEFE DE ESTADO	Rei Maha Vajiralongkorn Bodindradebayavarangkun, Rama X (desde 2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Prayuth Chan-ocha (desde mai/14)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Don Pramudwinai (desde ago/15)
PIB nominal (2016)	US\$ 406,95 bilhões
PIB PPP (2016)	US\$ 1,17 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	US\$ 5.899
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	US\$ 16,888
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2% (2016); 2,9% (2015); 0,8% (2014); 2,8% (2013); 7,3% (2012); 0,8% (2011).
IDH (2014)	0,74/87º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,717)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	78 anos (Brasil: 79; média mundial: 74)
ALFABETIZAÇÃO	96,4%
DESEMPREGO (2016)	0,75%
UNIDADE MONETÁRIA	Baht
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	O Sr. Surasak Suparat recebeu agrément em 3/5/17. Deve chegar a Brasília até o final de junho do corrente ano.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TAILÂNDIA (US\$ mil) (fonte: MDIC)									
BRASIL - TAILÂNDIA	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	420	677	1.410	1.972	2.402	4.217	4.038	3.422	1.053
Exportações	208	416	888	967	1.132	1.818	1.654	1.749	572

Importações	212	261	522	1.005	1.270	2.399	2.383	1.673	480
Saldo	-3,3	156	366	-37	-138	-581	-729	76	92

DASEAN, 25/5/2017.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Tailândia tem a segunda maior economia do Sudeste Asiático, atrás da Indonésia, e a quarta maior população (cerca de 70 milhões de habitantes). O reino está dividido em 76 províncias e dois distritos de administração especial. Bangkok, a capital, é também a maior cidade do país.

Monarquia constitucional desde 1932, a Tailândia é a única nação do Sudeste Asiático que não se tornou colônia europeia. Conhecido historicamente como Sião, o país foi considerado, desde o final do século XIX, Estado tampão entre as conquistas francesas e inglesas naquela região. Em sua história política recente, o país tem alternado entre governos civis e militares. A Dinastia Chakri reina desde o último quarto do século XVIII.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MAHA VAJIRALONGKORN BODINDRADEBAYAVARANGKUN **Rei da Tailândia**



Também conhecido como Rama X, nasceu em 28 de julho de 1952, em Bangkok. Depois de enviado a estudar em colégios públicos britânicos, o príncipe teve sua educação superior inicial no Colégio Militar Real de Duntroon, em Camberra, onde recebeu treinamento militar pelas Forças Armadas australianas – tornando-se tenente em 1976 – e obteve diploma de bacharelado em letras. Posteriormente, completou seu segundo curso de bacharelado, em direito, pela Universidade Aberta de Sukhothai

Thammathirat.

Iniciou oficialmente seu reinado em outubro de 2016, aos 64 anos, após falecimento de seu pai, Rei Bhumibol Adulyadej, líder que por mais tempo exerceu o cargo de Chefe de Estado na Tailândia e que, muito reverenciado, era alvo de verdadeira devoção em seu país. O rei Vajiralongkorn, décimo monarca da Dinastia Chakri, iniciada em 1782, tem diante de si, entre outros, o desafio de alcançar a simpatia e o respeito que o povo e as elites tailandesas nutriam por seu pai.

PRAYUTH CHAN-O-CHA

Primeiro-Ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem



Nascido em 21 de março de 1954, em Nakhon Ratchasima (Khorat), é casado com Naraporn Chan-o-cha e tem duas filhas. Militar de carreira, Prayuth cursou o ensino médio na Escola Preparatória das Forças Armadas, estudando posteriormente na Escola de Comando e Estado Maior, na Escola Nacional de Defesa e na Academia Militar de Chulachomklao. Começou sua carreira no 21º

Regimento de Infantaria, que possui status elevado de Guarda Real. Em 2003 foi promovido a General, sendo designado chefe do Estado Maior durante 2008 e 2009.

Em 2009 assumiu a função simbólica de ajudante honorário do Rei. No ano seguinte, alcançou o posto de Comandante das Reais Forças Armadas, cargo que ocupou até o ano de 2014, quando, com a destituição do governo de Yingluck Shinawatra, assumiu como Primeiro-ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

Brasil e Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (II e última reunião realizada em Brasília, em junho de 2012) e Consultas Políticas (I e única reunião realizada em Brasília, em junho de 2015).

O relacionamento é especialmente promissor nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. De 2009 a 2013, a Tailândia foi o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN, posição que perdeu para Cingapura em 2014. Desde então, os fluxos comerciais não retomaram o padrão anterior, mas o país manteve-se entre os três principais parceiros comerciais do Brasil no Sudeste Asiático. O Brasil também é o principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina.

Estão em vigor acordos bilaterais de cooperação técnica e científica, de cooperação técnica trilateral de cooperação esportiva e de cooperação técnica em medidas sanitárias e fitossanitárias.

Em outubro de 2013, foram criadas, por cumulatividade, as adidâncias de Defesa e Aeronáutica, Naval e do Exército do Brasil para a Tailândia, com sede em Jacarta, na Indonésia. A Tailândia mantém adido de defesa residente em Brasília.

Cooperação policial

A Embaixada em Bangkok observa possibilidade de que se desenvolva, futuramente, cooperação entre autoridades policiais brasileiras e tailandesas para além dos canais tradicionais da INTERPOL, no campo do combate ao tráfico de drogas. Delegação do Departamento de Polícia Federal do Brasil foi a Bangkok, em maio de 2017, a convite da Embaixada da Tailândia em Brasília, e concluiu que o potencial de cooperação decorreria da semelhança dos desafios enfrentados na repressão ao narcotráfico em áreas de fronteira seca e de acesso fluvial e pelo fato de os dois países serem, ao mesmo tempo, consumidores e escalas para o tráfico de entorpecentes.

Defesa

Tem crescido continuamente, sobretudo depois da assunção do governo militar, em 2014, o orçamento para novas aquisições de materiais bélicos pelas Forças Armadas. Bangkok tem privilegiado, neste segmento, negociações com parceiros menos tradicionais, como marcado pela recente decisão tailandesa de comprar submarinos chineses e aeronaves russas. O Exército e a Marinha daquele reino já possuem aeronaves ERJ-135 da EMBRAER, as quais são regularmente utilizadas no transporte das mais altas autoridades do Governo. Interlocutores da Real Força Aérea da Tailândia (RFAT) já indicaram expectativa de, até 2021, substituir as frotas de Hércules 130, o que poderia constituir oportunidade para a venda do KC-390.

Haveria, portanto, potencial na comercialização de aviões no país, o que poderia ser explorado pela Embraer, tanto no que se refere ao KC-390; quanto à família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*); bem como para aeronaves de deslocamento de autoridades. O lado tailandês tem reiterado a importância de que a Embraer possa contar com uma estrutura local de operações para a concretização de negócios.

Desde a abertura, em 2014, da Adidância de Defesa e Aeronáutica junto à Tailândia, a interlocução neste campo vem-se ampliando. O lado tailandês vem buscando avaliar oportunidades para treinamento de militares em programas brasileiros de operações na selva. O convite estendido pela Tailândia ao Brasil para envio de observadores à edição de 2017 do COBRA GOLD, maior exercício militar multinacional da Ásia, configura marco do recente acercamento bilateral no segmento militar.

Diálogo Agência Brasileira de Cooperação (ABC)-Thailand International Development Agency (TICA)

A ampliação do escopo da cooperação técnica para terceiros países cria oportunidades relevantes de atuação conjunta entre a ABC e a TICA. Em 2012, o Brasil recebeu duas missões tailandesas de estudos, no âmbito da parceria entre as duas instituições: uma sobre controle da mosca da fruta, em março, e, em julho, outra sobre produção mecanizada de cana de açúcar para produção de energia alternativa. Em 2013, o Diretor da ABC visitou Bangkok.

Energia e biocombustíveis

Os entendimentos bilaterais sobre a cooperação no campo do etanol remontam a 2004, quando o então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visitou a Tailândia. Aquele país é o segundo maior exportador e o quarto maior produtor de açúcar do mundo, mas, ainda assim, tem incipiente desenvolvimento das tecnologias de etanol. Em maio de 2013, foi realizada missão do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) à Tailândia.

Foram identificadas oportunidades para a venda de usinas de etanol completas, no contexto da política de adoção gradual de biocombustíveis, prevista pelo "Plano de Desenvolvimento de Energias Renováveis e Alternativas 2012-2021", do Ministério da Energia tailandês. Além de aumentar sua produção doméstica de etanol, a Tailândia tenciona converter-se em centro regional de distribuição do insumo.

Contencioso sobre o açúcar

O Brasil entende que, nos últimos anos, o governo tailandês vem concedendo apoio aos produtores de cana e de açúcar, elevando a produção e a exportação, especialmente para o Sudeste Asiático. A preocupação com o tema foi suscitada no âmbito da OMC sem que tivesse sido possível encontrar solução para o problema. Dados analisados até agora, no entanto, dão conta de importantes prejuízos ao setor de açúcar no Brasil.

Nesse contexto, a CAMEX autorizou, em 29 de fevereiro último, a abertura de contencioso contra a Tailândia. Já passado o período de consultas, deverá ser tomada pelo Brasil decisão sobre possível abertura de painel. O Brasil está aberto a soluções negociadas, mas entende que decisão sobre a eventual suspensão do contencioso dependeria de informações mais concretas no que se refere a alcance e prazos da reforma dos instrumentos de apoio ao setor, em discussão na Tailândia.

Educação

Em 2011, foi estabelecido Leitorado de Língua Portuguesa na Universidade Chulalongkorn (a mais prestigiosa da Tailândia), com aulas conduzidas por professora brasileira. Em 2012, havia 55 estudantes

tailandeses do ensino médio no Brasil, em intercâmbio cultural privado promovido pelo "American Field Service". A Tailândia está habilitada a enviar estudantes no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG, com base no Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Existem laços da Universidade da Câmara de Comércio Tailandesa com a Fundação Getúlio Vargas e a USP. Por sua vez, a Universidade Burapha mantém laços com o SEBRAE. Foi assinado, em novembro de 2013, MdE entre a UnB e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce), de amplo escopo.

Conforme ranking divulgado pela revista inglesa "*Times Higher Education*", há cinco universidades tailandesas entre as 100 melhores dos países emergentes. São elas a King Mongkut's University of Technology, na 29ª posição; Mahidol, na 52ª; Chiang Mai, na 82ª; [Chulalongkorn University](#), na 85ª e, por fim, Prince of Songkla, na 89ª. Em maio de 2014, visitou o Brasil delegação da Universidade Kasetsart, que manteve encontros na Universidade de Santa Maria (UFSM), com a qual foi assinado acordo de cooperação, e na USP, para a qual foi apresentada proposta de Memorando de Entendimento.

Em 2015, foi concluída a negociação de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Educação entre os Ministérios de Educação do Brasil e da Tailândia.

Esportes

A Embaixada do Brasil em Bangkok entende haver potencial para maior cooperação na área desportiva, em particular em futebol e Muay Thai (boxe tailandês). O Brasil é o país que tem mais centros de estudo e prática de Muay Thai do mundo – número que cresce aceleradamente –, superando inclusive a Tailândia.

Desenvolvimento social

O Brasil e a Tailândia têm trocado experiências na área de resíduos sólidos e inclusão social de catadores. Em novembro de 2014, missão técnica brasileira visitou a Tailândia, composta de representantes do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais

Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC). Os órgãos brasileiros mantêm diálogo com a "*Thailand Institute of Packaging and Recycling Management for Sustainable Environment* (TIPMSE)", que estuda adotar políticas inspiradas na experiência brasileira.

Saúde

Desde outubro de 2014, o Ministério da Saúde Pública da Tailândia passou a distribuir drogas antirretrovirais a todos os cerca de 460 mil contaminados com o vírus do HIV. O modelo de combate à AIDS tailandês é considerado exemplar por observadores internacionais. O número de infectados diminuiu a cada ano, assim como as mortes decorrentes da doença (mais de 9 mil em 1999 para 673 em 2010). O representante da UNAIDS reconheceu o êxito do modelo tailandês, que poderia receber positiva contribuição brasileira.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros na Tailândia é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok. Há consulado honorário subordinado à Embaixada na cidade de Phuket, com jurisdição sobre as províncias tailandesas de Phuket, Krabi, Phang Nga e Ranong. Há cerca de 500 brasileiros na Tailândia.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano da Tailândia.

POLÍTICA INTERNA

A Tailândia foi o único país do Sudeste Asiático não submetido ao colonialismo europeu. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o território tailandês foi utilizado pelo Japão – ao qual a Tailândia chegou a aliar-se - em apoio a atividades militares no Sudeste Asiático. Em 1932, foi instaurado no país, de forma pacífica, o regime de monarquia constitucional. Em 1946, após o falecimento de seu irmão mais velho – o Rei Ananda Mahidol – assumiu o trono o Rei [Bhumibol Adulyadej](#), iniciando longo reinado de 70 anos, que se estendeu até outubro de 2016, quando o monarca faleceu.

Conjuntura atual

O falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, objeto de veneração e figura de união nacional, foi episódio de grande comoção na Tailândia. A ascensão de seu filho, o agora rei Vajiralongkorn (ou Rama X), ao trono tailandês foi acompanhada de incertezas, em especial em razão do status de que o falecido rei gozava junto à população tailandesa. Rama X tem, a seu favor, sólida aliança com as Forças Armadas.

Atualmente, o Poder Legislativo do país é a Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado e pela Câmara Baixa. A atual composição do Senado conta com 150 membros, sendo 75 eleitos pelas províncias, 1 por Bangkok e os outros 74 por uma Comissão Especial do Senado. Já a Câmara Baixa

possui 500 membros, sendo 375 eleitos diretamente e 125 com base em sistema proporcional de listas partidárias. A nova Constituição da Tailândia, promulgada em 6 de abril de 2017, introduz modificações a essa estrutura, ainda em estágio de implementação.

Em 22 de maio de 2014, o Comandante do Exército, General Prayuth Chan-ocha, anunciou a destituição do governo da primeira-ministra Yingluck Shinawatra – cujo irmão, Thaksin Shinawatra, liderança de grande popularidade no país, fora, por sua vez, também destituído por intervenção militar em 2006. Instalou-se no poder, a partir de então, junta militar, denominada de Conselho Nacional de Paz e Ordem.

Em 7 de agosto de 2016, o governo de Chan-ocha submeteu a referendo projeto de nova Constituição para o país, em meio a acusações de cerceamento de direitos fundamentais, como os de expressão e de reunião. Cerca de 61% dos eleitores foram favoráveis à nova Constituição, e 58% deles votaram a favor da chamada "questão extra", referente à possibilidade de que 250 senadores indicados politicamente possam, juntamente com outros parlamentares eleitos, participar da escolha do primeiro-ministro nos cinco anos que se seguirão à entrada em vigor do novo texto constitucional. Depois de agosto, o texto constitucional referendado sofreu emendas a pedido de Rama X. Essas modificações: (i) tornam opcionais para o rei a indicação de regente quando de suas ausências da Tailândia; e (ii) eliminam o poder da Corte Constitucional de estipular medidas emergenciais como, por exemplo, a prerrogativa de compor governos provisórios em caso de crises.

A nova constituição tailandesa entrou em vigor em 6 de abril de 2017, embora seus dispositivos prevejam período de transição durante o qual se manterão em funcionamento os órgãos estabelecidos pelo governo militar, bem como artigos da Constituição interina de 2014. A nova Carta Magna prevê a progressiva eliminação das instituições estabelecidas pelos militares. Em até 120 dias, a partir de sua entrada em vigor, deverá ser adotado o já mencionado plano estratégico de 20 anos. Já a Assembleia Nacional Legislativa (ANL) só será

dissolvida um dia antes da primeira reunião do novo Parlamento. A dissolução do Conselho Nacional de Paz e Ordem e do Gabinete Ministerial de Prayut dependerá da assunção de um novo Governo.

Enquanto isso, continua o processo de transição definitiva do trono tailandês. A cremação do rei Bhumibol Adulyadej, prevista para o dia 26 de outubro de 2017, é apresentada como um dos marcos para a nova fase política tailandesa, ao abrir caminho aos preparativos para a coroação do rei Vajiralongkorn e, em certa medida, para a convocação de eleições em 2018.

Insurreição no "Sul Profundo"

A Tailândia, país de confissão oficial budista, enfrenta movimento de insurreição islâmica nas três províncias do extremo sul, onde há importante comunidade de etnia malaia. A região apresentou conflitos esporádicos e de baixa intensidade por décadas, mas houve escalada de tensões a partir de 2001. A situação é de grande complexidade, e não se vislumbra solução no curto prazo. Os conflitos já deixaram mais de 7 mil mortos no país.

Em setembro de 2016, o governo militar criou o Comitê Diretivo para a Solução dos Problemas de Fronteira nas Províncias do Sul (CDS). Trata-se de instância que centralizará operações e medidas de segurança a serem adotadas na região. Segundo vem sendo anunciado pelas autoridades locais, a criação do CDS permitirá que oficiais apontados pelo alto escalão do governo atuem com amplos poderes na região, o que leva a crer em possível aumento da presença de tropas na parte mais austral da Tailândia.

Os últimos ataques a bomba, em maio de 2017, tiveram como alvo principal famílias com crianças e deixaram mais de 80 feridos. O Barisan Revolusi Nasional (BRN) - grupo muçulmano separatista sediado em Pattani e com ramificações no norte da Malásia -, é o principal suspeito.

POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia ocupa papel de destaque no Sudeste Asiático, pela combinação de sua dimensão territorial (superfície equivalente à da Bahia), de sua expressão populacional (69 milhões de habitantes) e pela relativa pujança econômica (2º maior PIB da ASEAN e corrente de comércio exterior equivalente à do Brasil, apesar de ter um PIB de cerca de 1/5 do brasileiro). Além de membro-fundador e participante ativo nos trabalhos da

ASEAN, é tradicional aliado dos EUA na região, tendo enviado tropas para as Guerras na Coreia, no Vietnã e no Iraque.

A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta – que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia – por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no Laos, a despeito da proximidade da China. Em Myanmar, a Tailândia investiu mais de US\$ 10 bilhões, no megaprojeto do porto de Dawei.

Em recente entrevista concedida ao jornal de língua inglesa "Bangkok Post", o ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Don Pramudwinai, apresentou as perspectivas para a política externa do país para 2017. O principal tema da conversa foi a promoção do que o chanceler denominou "modelo dos 5 S", política segundo a qual a diplomacia tailandesa deverá privilegiar os seguintes temas: segurança, sustentabilidade, padrões ("standards"), status e sinergia. Segundo declarado por Don, a principal finalidade da atuação internacional do país continuará sendo trazer benefícios às pessoas, numa lógica de "people-centered diplomacy".

No que diz respeito à segurança, deverá ser privilegiada a participação tailandesa em foros sobre "ameaças não tradicionais", nomeadamente epidemias, segurança alimentar e terrorismo. Com relação à sustentabilidade, além da sempre presente "filosofia da suficiência econômica" (SEP), o país deverá participar ativamente dos debates sobre mudança do clima. Quanto aos "standards", o propósito será o de aproximar a Tailândia dos "padrões internacionais" de regulamentação, particularmente nos casos relacionados: (i) à pesca ilegal, não reportada e não regulada - IUU; (ii) à segurança da aviação, segundo as regras da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); e (iii) ao tráfico de pessoas, de acordo com os parâmetros do relatório anual do Departamento de Estado norte-americano sobre o tema – o chamado TIP (*Trafficking in Persons Report* – Relatório sobre o Tráfico de Pessoas).

O status e a sinergia, por sua vez, deverão ser perseguidos de maneira complementar. Trata-se de obter ganhos de inserção internacional a partir da percepção de que a Tailândia ocupa hoje papel preponderante no Sudeste Asiático e que poderá desempenhar protagonismo na ampliação da importância da região na política internacional. Segundo o chanceler,

"Thailand has considerable work to do. We are now changing our role from one of taking to [one of] giving". Segundo explicou, esta função não se limitaria à cooperação no âmbito da ASEAN, mas incluiria a diversificação de parcerias com países da União Europeia, do Oriente Médio e da América do Sul - citou particularmente Brasil, Argentina, Colômbia e Peru.

Temas multilaterais

A Tailândia apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas é contrária à extensão do direito de veto a eventuais novos membros permanentes. Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haverem assumido compromisso definitivo nesse sentido.

Na OMC, a Tailândia apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevedo. Foi aliada do Brasil nas negociações sobre patentes de retrovírus e integra o G-20 agrícola. Participou, com o Brasil, da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (7 países) e da Rede Internacional de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS (8 países).

Destaca-se que é longa e já tradicional a relação da Casa Real tailandesa com as Nações Unidas, que, em 2006, concedeu a Rama IX o primeiro prêmio do PNUD em tributo ao conjunto de suas realizações (*Lifetime Achievement Award*). Em outubro de 2016, mês de falecimento de seu pai, a princesa Sirindhorn foi nomeada "Embaixadora Especial da FAO para o Programa Fome Zero". Recentemente, em fevereiro de 2017, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) nomeou a princesa Bajrakitiyabha, filha do atual monarca, embaixadora da boa-vontade para o Estado de Direito no Sudeste Asiático. A filha mais velha do rei Vajiralongkorn chefiou, de 2012 a 2014, a Missão Diplomática da Tailândia em Viena e, desde seu retorno, vem-se destacando à frente do projeto Kamlangjai ("inspire") voltado à concessão de tratamento digno a mulheres e grávidas no sistema prisional tailandês.

Relações com os Estados Unidos

A Tailândia é um dos cinco países da Ásia-Pacífico que têm tratado de aliança com os EUA (os outros são Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas). Desde 1982, é realizado anualmente, na Tailândia, exercício

militar conjunto denominado "Cobra Gold", liderado pelos EUA e com a participação direta de seis outros países. A edição de 2012 foi o maior exercício militar multinacional já executado na região da Ásia-Pacífico, com a atuação de 13.180 militares dos EUA, da Tailândia, da Coreia do Sul, da Malásia, do Japão, da Indonésia e de Cingapura.

Hoje os EUA são o principal destino das exportações tailandesas fora da ASEAN. Entre janeiro e novembro de 2016, as vendas ao mercado norte-americano representaram 11,4% do total exportado pelo país, atingindo a cifra de US\$ 22,5 bilhões. Com respeito a perspectivas sobre a evolução do relacionamento comercial durante a gestão Trump, as autoridades tailandesas avaliam que: (i) não é esperada queda das exportações diretas aos EUA, sobretudo em função de "dependência" norte-americana quanto a compra de alguns produtos importados da Tailândia (como autopeças, partes de eletrônicos, materiais de borracha, joias, frutos do mar e suco de frutas); e (ii) eventual protecionismo do governo Trump não deverá traduzir-se em aumento de barreiras tarifárias contra produtos tailandeses, mas em possíveis medidas não-tarifárias.

União Europeia

Está em negociação o Acordo de Livre Comércio entre a Tailândia e a União Europeia, cujas tratativas deverão ser retardadas em função das medidas de pressão adotadas pela União Europeia pelo retorno de governo civil. Analistas entendem que o referendo para aprovação de texto constitucional e a realização de eleições abertas na Tailândia devem ser suficientes para pelo menos atenuar as resistências europeias à negociação de acordos com a Tailândia.

China

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive na Tailândia, passam por momento de grande intensificação, especialmente nas áreas de comércio e investimentos. A família Shinawatra, dos ex-Primeiros-Ministros Thaksin Shinawatra (2001-2006) e sua irmã Yingluck Shinawatra (2011-2014), por exemplo, tem ascendência chinesa.

Logo após visita do Presidente dos EUA, Barack Obama, o então Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao visitou Bangkok, em novembro de 2012. A "coincidência" das visitas de Obama e Wen a Bangkok trouxe à tona o debate sobre a posição ocupada pela Tailândia no jogo de forças e influências da China e dos EUA no Sudeste Asiático.

A atual conjuntura política tailandesa tende a fortalecer o eixo Bangkok-Pequim. Em contraposição à retração ocidental, que tem suspenso a cooperação militar com o país, o Ministério da Defesa chinês formulou, semanas após a destituição do Governo interino, convite para que o Secretário Permanente de Defesa Surasak Kanchanet visitasse a China para discutir o aprofundamento da cooperação militar.

Japão

O Japão foi o terceiro maior parceiro comercial da Tailândia (atrás de Estados Unidos e China), sendo responsável por cerca de 9,6% das exportações tailandesas. Os laços entre as duas grandes monarquias do Oriente são fortes e incluem componente demográfico importante, uma vez que a Tailândia é o lar da maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Entretanto, nota-se possível tendência de emigração dos investimentos japoneses para outros países da região, como o Vietnã e a Indonésia, em busca de redução de custos de produção relacionados à mão-de-obra.

O governo japonês, de forma a conter o avanço da influência chinesa no Sudeste Asiático, tem reforçado sua disposição em estreitar os laços diplomáticos e negociar acordos bilaterais durante o governo militar na Tailândia.

O Imperador japonês Akihito, em visita a Bangkok em março passado, para apresentar condolências pela morte do rei Bhumibol Adulyadej, foi o primeiro chefe de Estado a ser recebido por Rama X. As duas Casas Reais sempre mantiveram relações próximas. Os primeiros contatos do falecido rei tailandês e da rainha Sirikit com o imperador japonês Hirohito remontam a 1963, quando de visita oficial que fizeram ao Japão. No ano seguinte, o então Príncipe-Regente Akihito esteve em Bangkok. Ao assumir o trono em 1989, Akihito escolheu a Tailândia como o primeiro país a visitar em seu périplo pelo Sudeste Asiático, iniciado em 1991. Em 2006 voltaria à Tailândia para as comemorações do 60º aniversário de ascensão ao trono do rei Bhumibol.

Sudeste Asiático

O governo tailandês tem insistido na necessidade de fomentar a cooperação entre Tailândia, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnam com vistas à criação de uma estratégia econômica comum. Os cinco países formam o acrônimo CLMVT, que vem sendo utilizado com frequência cada vez maior, por representar sub-região do Sudeste Asiático com altos índices de crescimento econômico (média de 5,8% entre 2011 a 2014) e um dos mais acelerados ritmos de desenvolvimento do mundo. Ademais, o bloco constituiria, de acordo com o discurso oficial tailandês, "ponte entre a Índia e a China", bem como área especialmente promissora para acesso aos mercados da Ásia Meridional e do Oriente Médio.

Bangkok, ao menos desde 2014, mantém excelentes relações com as quatro outras capitais englobadas no bloco CLMVT. Foram encapsuladas as tensões territoriais com o Camboja relativas à área disputada pelos dois países em torno do templo de Preah Vihear. A interação com o Vietnam, possível rival no Sudeste Asiático continental, é viva e dinâmica. Os parceiros do CLMVT já configuram destino de 10% das exportações tailandesas, proporção semelhante ao espaço dos EUA ou do Japão no comércio exterior tailandês. A Tailândia depende, ademais, da mão-de-obra estrangeira, oriunda, sobretudo, de Myanmar.

Para além desses dados, especialistas vêm assinalando, nos últimos anos, a oportunidade única de a Tailândia se firmar como centro nevrálgico, tanto logístico, quanto financeiro, da subregião que mais cresce em toda a ASEAN. O foco da política econômica tailandesa no bloco CLVMT adequa-se, ademais, aos objetivos do programa "Tailândia 4.0", o qual, além dos segmentos de inovação e alta tecnologia, privilegia sobremaneira o setor de serviços.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas gerais

A economia tailandesa é a segunda maior da ASEAN (após a Indonésia), apresenta alto grau de abertura e possui mercado interno de relevância. Apesar de mais da metade da população tailandesa ser rural, o setor primário tem baixa participação no PIB tailandês, que tem a seguinte composição: agricultura, com 12%; indústria, com 40%; e serviços, com 48% (2015). No setor industrial, destacam-se os investimentos externos (sobretudo japoneses) nos setores automotivo e de *hardware*. A agricultura, cujo desenvolvimento foi o primeiro motor da transformação da economia tailandesa, apresentou, subsequentemente, declínio em sua contribuição para o PIB do país, embora ainda empregue cerca de 32% da população. A indústria tailandesa, inicialmente (no período 1960-1985) favorecida por políticas de substituição de importações, tem hoje seu foco na promoção das exportações.

Por ser uma economia fortemente ligada às exportações, a Tailândia vê-se vulnerável a flutuações cambiais e às condições macroeconômicas de seus principais parceiros comerciais (EUA, China, Japão, Hong Kong, Austrália, Malásia e Indonésia). Em 2009, a economia do país foi afetada pela crise global, tendo o PIB apresentado queda de 2,3%, refletindo sobretudo a redução do nível de investimento fixo (-9,2%, em 2009). Durante o ano de 2009, o país chegou a enfrentar deflação de 0,9%. A recuperação econômica, entretanto, foi rápida, com a expansão dos gastos públicos, resultando em crescimento de 7,8% em 2010. Ao longo do período de crise e

recuperação, o nível de desemprego manteve-se baixo (0,7%, aproximadamente, uma das taxas mais baixas do mundo).

A Tailândia tem adotado postura favorável à negociação de acordos de livre comércio. Foi o principal defensor, no âmbito da ASEAN, da assinatura do Acordo de Livre Comércio China-ASEAN. Em março de 2013, a Tailândia iniciou negociações de um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Em outubro do mesmo ano, durante visita do Presidente Sebastián Piñera a Bangkok, foi assinado "Acordo de Livre Comércio Chile-Tailândia", primeiro do gênero firmado pela Tailândia com um país da América do Sul, e que prevê a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos exportados pelos dois países. Durante visita a Bangkok do Presidente do Peru, Ollanta Humala, foram concluídas as negociações para Tratado de Livre Comércio bilateral.

Conjuntura atual

O governo militar tem declarado que a recuperação da economia tailandesa é prioridade. Há expectativa do mercado de que o PIB real tailandês cresça cerca de 3% no período 2017-2021, por meio de investimentos do governo, sobretudo em grandes projetos de infraestrutura, e incentivos ao investimento estrangeiro e ao consumo. Em setembro de 2015, o governo anunciou um grande pacote de estímulos à economia, no valor de US\$ 9,7 bilhões. Parte significativa desse valor será destinada, via empréstimos e redução de impostos, ao setor primário da economia e a empresas de médio porte.

Contudo, há alguns desafios, como o da demanda doméstica, com queda de receitas e endividamento (mais da metade da população concentra-se no setor primário), implicando retração. Quanto às exportações, não se observam mudanças drásticas que contribuam para significativos ganhos em competitividade. Mantém-se, assim, a estagnação de seu potencial exportador, em razão de posicionamento pouco privilegiado do empresariado do país na atual dinâmica das cadeias globais de valor.

Desde dezembro de 2016, pesadas (e extemporâneas) tempestades trouxeram muito prejuízo à região sul da Tailândia. Ao menos 25 pessoas morreram em enchentes, 330 mil famílias

foram afetadas e ocorreram danos a construções e à produção agrícola local.

Comércio bilateral Brasil-Tailândia

Durante a II Comissão Mista bilateral em 2012, em Brasília, foram identificados setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado brasileiro, apontaram-se oportunidades de expansão das exportações nas seguintes áreas: indústria aeroespacial, automóveis e autopeças, materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas, etc), produtos metalmecânicos, carnes, pescado, suco de laranja e cosméticos. Do lado tailandês, destacaram-se os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de interesse em joint-venture na área de exploração de petróleo em águas profundas.

No plano dos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1782	A Dinastia Chakri assume o poder, com Rama I, e estabelece a capital do reino em Bangkok.
1896	Franceses e ingleses estabelecem parte significativa do Sião como Estado independente.
1917	O Sião junta-se aos Aliados, durante a I Guerra.
1932	Revolução civil e militar não violenta resulta no fim da monarquia absoluta, com o estabelecimento da primeira constituição tailandesa. A Dinastia Chakri, contudo, permanece no poder.
1941	A Tailândia é invadida pelo Japão. O país alia-se aos japoneses, posteriormente declarando guerra aos Estados Unidos e ao Reino Unido.
1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram, ocupa o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnam. Tropas tailandesas lutam no Vietnam do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do governo militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhavan substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Intervenção militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchaiyudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.

2006	Nova Constituição é promulgada.
2006	Thaksin é deposto por militares, quando se preparava para participar da AGNU.
2006	General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, líder do Partido Democrático, torna-se Primeiro-Ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência, em abril.
2010	Confisco de US\$ 1,4 bilhão que pertencia ao ex-PM Thaksin Shinawatra, em fevereiro
2010	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas, em março e abril.
2011	Assume o governo a primeira-ministra Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin Shinawatra.
2014	Militares destituem o governo de Yingluck Shinawatra.
2016	Falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, após 70 anos de reinado. Assume seu filho mais velho, rei Maha Vajiralongkorn (RamaX).
2016	Referendo aprova nova constituição. Expectativa de que haja novas eleições até o final de 2018.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
1959	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do Presidente-eleito Artur da Costa e Silva
1968	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanom Kittikachorn (abril)
1984	Visita ao Brasil do Marechal das Forças Aéreas Siddhi Savetsila, Ministro das Relações Exteriores (setembro)
1986	Visita ao Brasil do Capitão de Polícia Surat Osathanugrah, Ministro do Comércio (março)
1992	Visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), como Chefe de Delegação (junho)
1993	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn (março)
1993	Visita à Tailândia do Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional Brasileira de Indústria e de representantes do setor privado (novembro)
1994	Visita ao Brasil do Líder de Esquadra Prasong Soonsiri, Ministro dos Negócios Estrangeiros (janeiro)
1996	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia (abril)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Pitak Intrawityanunt (junho)
1998	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Sukhumbhand Paribatra (maio)
1997	Visita à Tailândia do Secretário de Assuntos Estratégicos, Embaixador Ronaldo Sardenberg (maio)
1997	Abertura do Thai Trade Center em São Paulo (junho)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi (novembro)
1999	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai (maio/junho)
2000	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança em São Paulo) (março)
2000	Visita ao Brasil do Ministro de Transporte e Comunicações, Suthep Thaugsuban (junho)
2001	Visita ao Brasil do General Surayud Chulanont, Comandante-em-chefe do Exército, para a "Latin America Defentech 2001" (abril)
2003	Visita ao Brasil do Primeiro Vice Orador da Casa de Representantes, Somsak Prisananuntagul (janeiro)
2003	Visita ao Brasil do senhor Udon Tantisunthorn e outros 11 senadores do Comitê de Administração Interna do Senado (fevereiro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon (abril)
2004	Visita à Tailândia do Secretário-Executivo do Ministério da Comunicação, Dr. Paulo Lustosa, acompanhado de representantes do Ministério da Ciência,

	Tecnologia e Inovação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (maio)
2004	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra (junho)
2004	Assinatura do Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista, em Brasília (junho)
2004	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde (julho)
2004	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (agosto)
2004	Visita ao Brasil do Comissário Eleitoral Charupat Ruangsuwan (setembro)
2004	Visita ao Brasil da "Plataforma de Cana e Açúcar" (novembro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Tailândia-Brasil, Arkom Tulardilok (dezembro). Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
2005	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (maio)
2005	Visita a Bangkok do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Presidente da República (junho)
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon (agosto)
2007	Visita ao Brasil do General Boonsrang Niumpradit, Comandante Supremo das Forças Armadas (maio)
2007	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri (agosto)
2007	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (outubro)
2008	Visita ao Brasil do Instituto do Petróleo da Tailândia, com interesse em etanol (março)
2008	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia (maio)
2008	Visita ao Brasil da Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, com interesse em etanol (junho)
2008	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, com interesse em biocombustíveis (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França, com interesse em intercâmbio em diversas áreas de pesquisa agrícola (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Subsecretário-Geral Político II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista (outubro)
2008	Visita a Brasília do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN (novembro)
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais inclui o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012
2009	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto de Conto
2009	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio, Veerasak Jinarat (agosto)
2009	Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores Panich Vikitsreth e

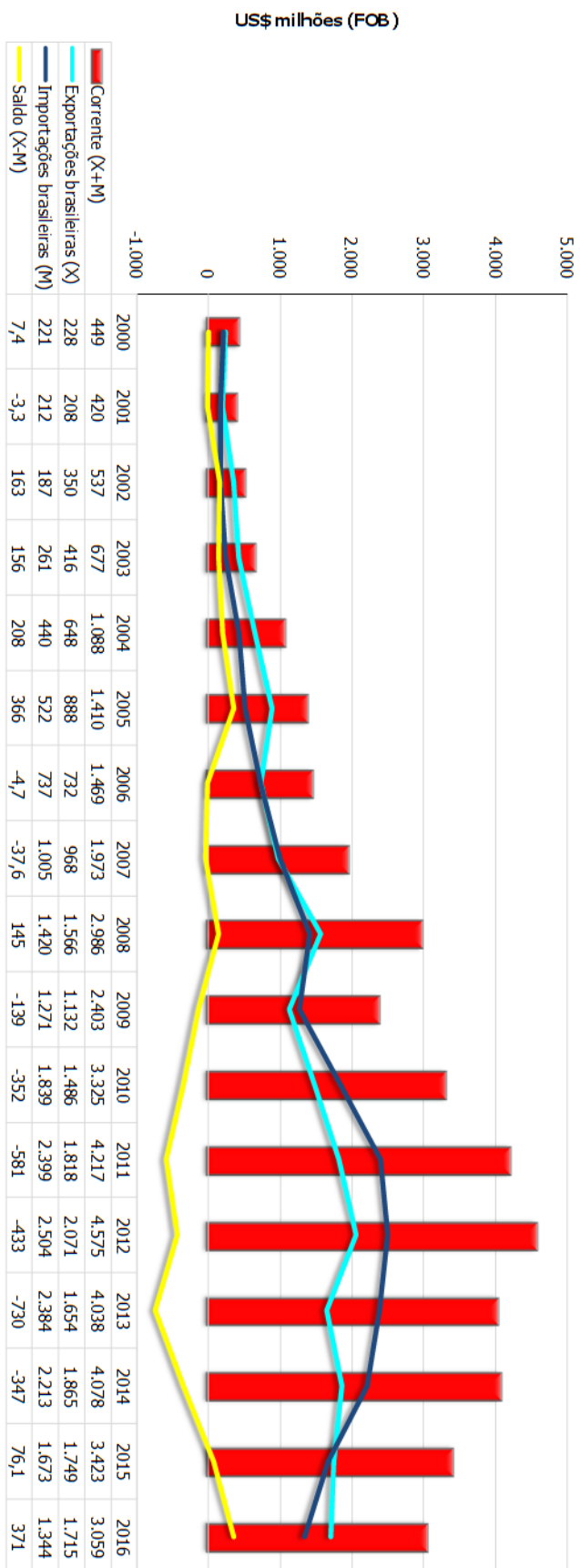
	do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial (outubro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin (junho)
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (julho)
2010	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para participar de conferências científicas, sem programação oficial (setembro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende (novembro)
2010	Visita à Tailândia da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (novembro)
2011	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani (março)
2011	Missão da Agência Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Tailândia (NSTDA) (abril)
2011	Visita de representantes da Agência Brasileira de Cooperação para tratar de iniciativas na área ambiental (julho)
2012	Visita a Bangkok da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (março)
2012	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, por ocasião da Rio+20 (junho)
2012	Realização da II Reunião da Comissão Mista, em Brasília (junho)
2012	Visita de delegação do Ministério de Energia da Tailândia a Brasília, Rio de Janeiro e Campinas (junho)
2012	Visita a Brasília de delegação da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), chefiada pela Diretora-Geral Adjunta, Suchada Thaibunthao (junho)
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Surapong Tovichakchaikul (agosto)
2012	Visita ao Brasil do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Tailândia, presidido pelo ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros (2008-2011), Deputado Kasit Piromya (dezembro)
2013	Realização do Seminário "Thailand's Trade and Investment Opportunities in Brazil", em Bangkok (março)
2013	Missão a Bangkok do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) (maio)
2013	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Fernando José Marroni de Abreu (agosto)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para a Tailândia, cumulativa, com sede em Jacarta, na Indonésia (outubro)
2013	Assinatura de Memorando de Entendimento entre a Universidade de Brasília e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce) (novembro)
2015	Realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília (junho)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/04/2004	21/10/2006	16/11/2006
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Isenção Parcial de Visto	21/07/1997	29/09/1999	10/11/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	24/04/1994	27/01/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	21/03/1991	18/03/1994	23/06/1994
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	07/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	12/09/1984	07/12/1997	10/11/1989

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil-Tailândia



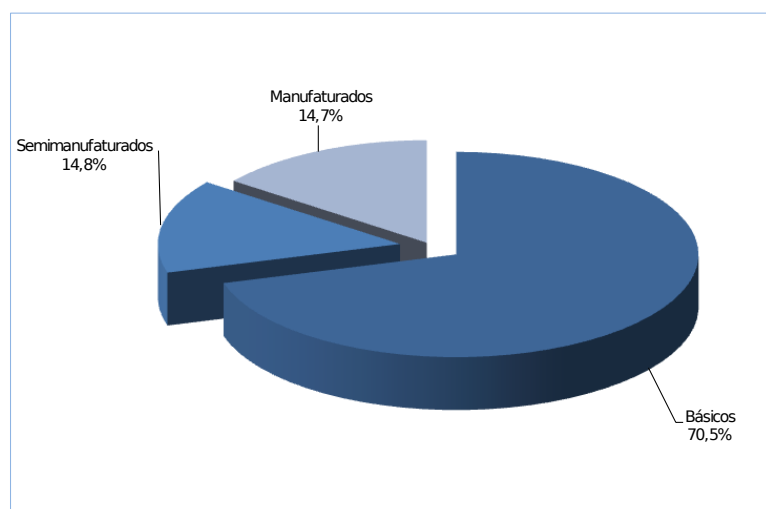
Elaborado pelo MNE/DP/21C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

2017 / 2016 Exportações brasileiras Importações brasileiras Corrente de comércio Saldo

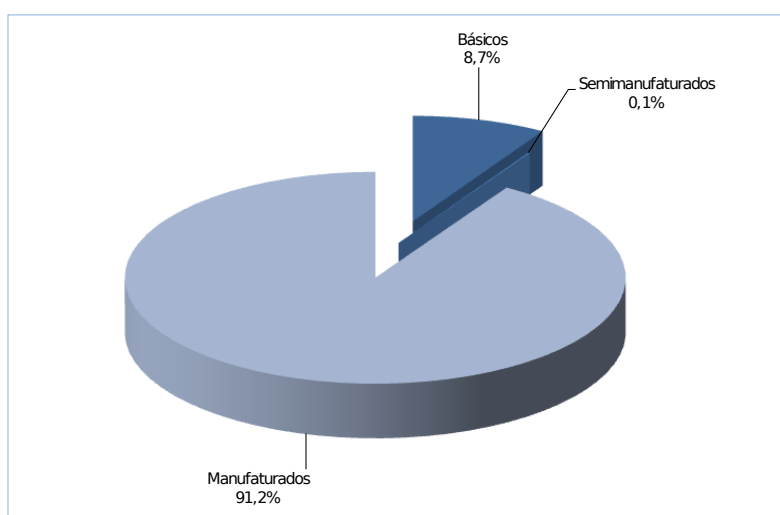
2016 (jan-abr)	523	399	923	124
2017 (jan-abr)	572	480	1.053	92

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2016

Exportações



Importações



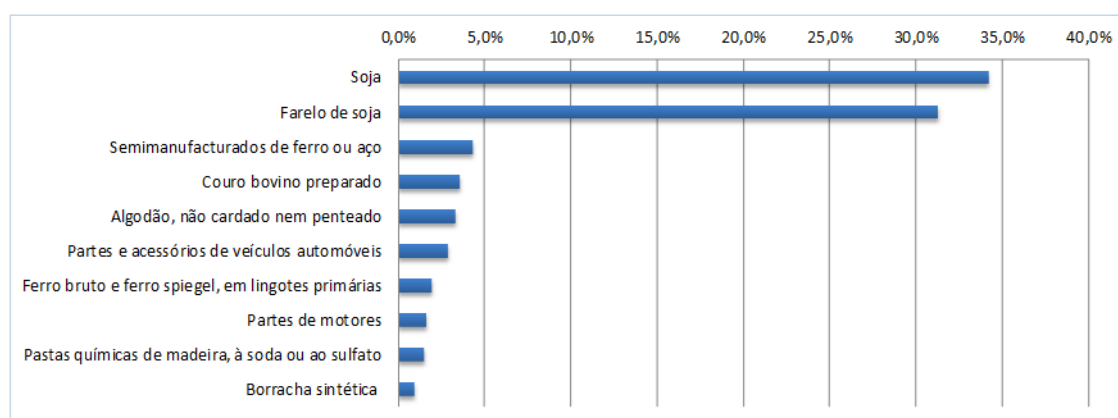
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para a Tailândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja	626	33,6%	673	38,4%	587	34,2%
Farelo de soja	606	32,5%	441	25,2%	536	31,3%
Semimanufacturados de ferro ou aço	56	3,0%	58	3,3%	74	4,3%
Couro bovino preparado	52	2,8%	60	3,4%	61	3,6%
Algodão, não cardado nem penteado	66	3,6%	64	3,7%	57	3,3%
Partes e acessórios de veículos automóveis	49	2,6%	39	2,2%	50	2,9%
Ferro bruto e ferro spiegel, em lingotes primárias	9	0,5%	4	0,2%	33	1,9%
Partes de motores	7	0,4%	13	0,7%	28	1,6%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	24	1,3%	41	2,3%	26	1,5%
Borracha sintética	22	1,2%	12	0,7%	16	0,9%
Subtotal	1.517	81,3%	1.404	80,2%	1.469	85,7%
Outros	348	18,7%	346	19,8%	246	14,3%
Total	1.865	100,0%	1.749	100,0%	1.715	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Altiweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

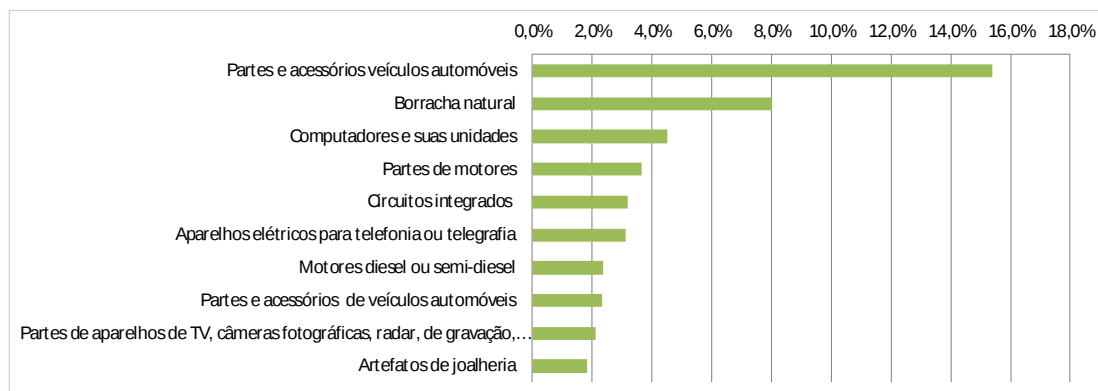


Composição das importações brasileiras originárias da Tailândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes e acessórios veículos automóveis	341	15,4%	225	13,5%	207	15,4%
Borracha natural	176	8,0%	113	6,7%	108	8,0%
Computadores e suas unidades	81	3,7%	51	3,1%	61	4,5%
Partes de motores	83	3,8%	58	3,5%	49	3,7%
Circuitos integrados	63	2,8%	48	2,9%	43	3,2%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	33	1,5%	51	3,1%	42	3,1%
Motores diesel ou semi-diesel	100	4,5%	45	2,7%	32	2,4%
Partes e acessórios de veículos automóveis	106	4,8%	76	4,5%	31	2,3%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação,	29	1,3%	37	2,2%	29	2,1%
Artefatos de joalheria	19	0,9%	23	1,4%	25	1,9%
Subtotal	1.031	46,6%	728	43,5%	626	46,6%
Outros	1.182	53,4%	945	56,5%	718	53,4%
Total	2.213	100,0%	1.673	100,0%	1.344	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliveweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Farelo de soja	162	31,0%	221	38,6%	
Soja	204	39,0%	212	37,0%	
Semimanufaturados de ferro ou aço	12	2,2%	22	3,8%	Semimanufaturados de ferro ou aço
Couro bovino preparado	19	3,6%	21	3,7%	Couro bovino preparado
Partes e acessórios de veículos automóveis	14	2,6%	13	2,3%	Partes e acessórios de veículos automóveis
Partes de motores	8	1,5%	9	1,5%	Partes de motores
Algodão, não cardado nem penteado	24	4,5%	7	1,1%	Algodão, não cardado nem penteado
Subtotal	450	86,0%	517	90,3%	
Outros	73	14,0%	55	9,7%	
Total	523	100,0%	572	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Partes e acessórios de veículos automóveis	56	14,0%	67	13,9%	
Borracha natural	26	6,5%	48	9,9%	
Partes de motores	12	3,1%	26	5,4%	Partes de motores
Computadores e suas unidades	15	3,8%	24	5,0%	Computadores e suas unidades
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	15	3,7%	14	2,9%	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia
Circuitos integrados	16	3,9%	14	2,9%	Circuitos integrados
Partes de motocicletas, bicicletas e cadeiras de rodas	11	2,7%	12	2,5%	Partes de motocicletas, bicicletas e cadeiras de rodas
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	6	1,6%	11	2,4%	Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	8	2,1%	10	2,0%	Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores
Centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	4	1,0%	9	1,8%	Centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases
Subtotal	169	42,4%	233	48,6%	
Outros produtos	230	57,6%	247	51,4%	
Total	399	100,0%	480	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alivada.

Principais indicadores socioeconômicos da Tailândia

Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,94%	3,23%	3,00%	3,26%	3,24%
PIB nominal (US\$ bilhões)	399,22	406,95	432,90	458,88	486,47
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.799	5.899	6.265	6.632	7.025
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,11	1,17	1,23	1,29	1,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	16.180	16.888	17.750	18.716	19.726
População (milhões habitantes)	68,84	68,98	69,10	69,18	69,25
Desemprego (%)	0,89%	0,75%	0,70%	0,70%	0,70%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,86%	1,13%	1,61%	1,19%	1,32%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	8,05%	11,41%	9,71%	7,79%	6,04%
Dívida externa (US\$ bilhões)	129,65	130,49	131,86	136,99	138,80
Câmbio (Bt / US\$) ⁽²⁾	36,09	35,83	35,20	35,65	35,60

Origem do PIB (2016 Estimativa)

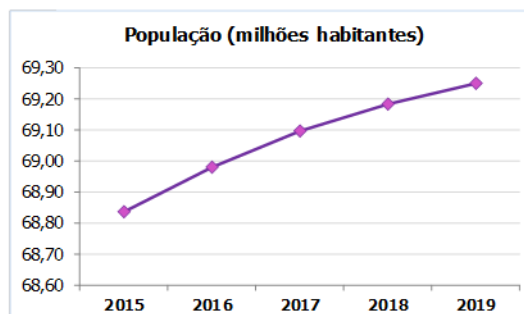
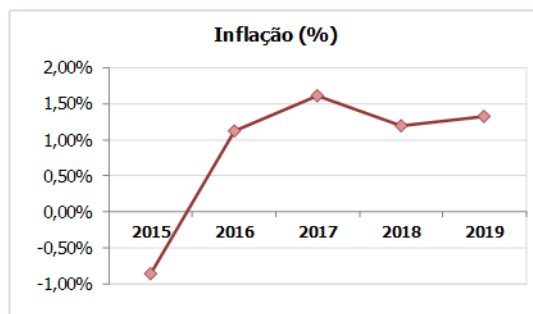
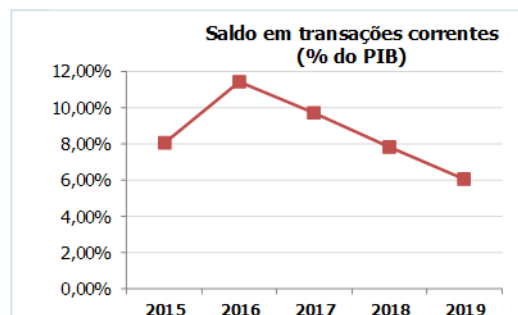
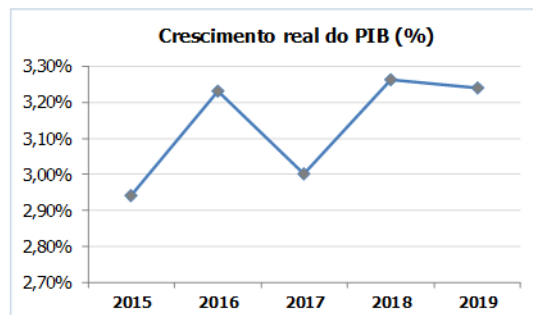
Agricultura	8,9%
Indústria	35,9%
Serviços	55,3%

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMBOJA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMBOJA	
NOME OFICIAL	Reino do Camboja
GENTÍLICO	cambojano
CAPITAL	Phnom Penh
ÁREA	181.035 km²
POPULAÇÃO (2015)	15,6 milhões (BM)
IDIOMAS	Khmer (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), outras (5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado: 62 membros eleitos indiretamente para mandatos de 6 anos; Assembleia Nacional: 123 membros diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Norodom Sihamoni (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Prak Sokhon (desde 2016)
PIB nominal (2017)	US\$ 20.9 bilhões (Estimativa FMI)
PIB PPP (2017)	US\$ 64.4 bilhões (Estimativa FMI)
PIB nominal <i>per capita</i> (2017)	US\$ 1,310 (Estimativa FMI)
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)	US\$ 4,020 (Estimativa FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	6.6% (2008); 0.08% (2009); 5.9% (2010); 7.0% (2011); 7.3% (2012); 7.4% (2013); 7.1% (2014); 7,0% (2015); 7,0% (2016)
MOEDA	Riel (CR)
IDH (2016)	0,563, 143º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2016)	68.8 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	77,6%
DESEMPREGO	3,5%
EMBAIXADOR NO BRASIL	O Embaixador não-residente do Camboja junto ao Brasil ainda será designado.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAMBOJA (US\$ mil) (fonte: MDIC)										
Brasil ↔ Camboja	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	1.029	569	897	1.260	6.631	12.670	24.162	42.088	43.558	10.733
Exportações	761	278	670	734	2.851	3.571	6.134	3.276	3.531	1.169
Importações	267	291	226	526	3.780	9.099	18.028	38.812	40.027	9.564
Saldo	494	-13	443	208	-929	-5.528	-11.894	-35.535	-36.495	8.394

DASEAN, elaborado em 23/05/2017

APRESENTAÇÃO

O Reino do Camboja, situado na porção sul da península da Indochina, é uma monarquia constitucional de confissão oficial budista, e uma das menores e mais pobres economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático, ao lado de Myanmar e do Laos. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana.

A população do Camboja é composta por maioria de etnia khmer (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses, vietnamitas e chams (muçulmanos). As guerras enfrentadas pelo país no século XX têm profunda influência no atual perfil etário da população cambojana, composta, aproximadamente, por 50% de pessoas com menos de 25 anos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NORODOM SIHAMONI

Rei do Camboja



Nasceu em 14 de maio de 1953, em Phnom Penh, capital do Camboja. É solteiro e não tem filhos. Assumiu o trono em outubro de 2004, tendo sido selecionado por um conselho especial, uma semana após a abdicação de seu pai.

Sihamoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, onde cursou os níveis de ensino fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais. Lá estudou dança clássica e música até 1975. É fluente em francês, tcheco e tem bom conhecimento de inglês e russo.

Foi professor de dança na França na década de 1980 e, na década de 1990, Embaixador junto à UNESCO.

HUN SEN
Primeiro-Ministro



Samdech Akeak Moha Sena Padey Decho Hun Sen nasceu em 5 de agosto de 1952, na cidade de Kampong Cham, no Camboja. É o terceiro de seis filhos. É casado com Bun Rany e tem seis filhos.

Em 1970, passou a integrar o Khmer Vermelho, na época liderado por Pol Pot, que combatia o governo cambojano de Lon Nol, apoiado pelos Estados Unidos. Entretanto, nos últimos anos do domínio do Khmer Vermelho, Hun Sen tornou-se opositor de Pol Pot. No final da década de 1970, integrou forças anti-Khmer Vermelho situadas no Vietnã. Nos anos seguintes, passou a ser figura central no novo regime que se iniciara a partir da queda do Khmer Vermelho.

Ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e posteriormente, em 1985, de primeiro-ministro. De 1993 a 1998 foi um dos dois primeiros-ministros do país, juntamente com o príncipe Norodom Ranariddh. A partir de 1998, assumiu novamente o cargo de único primeiro-ministro do Camboja, que continua a ocupar.

Sob formas distintas, portanto, Hun Sen esteve no governo desde 1985, quando se tornou primeiro-ministro pela primeira vez. Após seu partido sair vitorioso nas últimas eleições, em julho de 2013, Hun Sen manteve-se no cargo a despeito de forte contestação da oposição.

RELAÇÕES BILATERAIS

Após suspensão em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo Embaixada residente nas respectivas capitais (a Embaixada do Brasil em Bangkok acumula a representação junto ao Reino do Camboja, e a Embaixada do Camboja em Brasília é cumulativa com Havana). A Embaixada do Camboja em Havana, única representação residente do país na América Latina, mantém contatos rarefeitos com Brasília.

Entre as prioridades do Brasil para o país, destaca-se a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, em consonância com o processo de intensificação das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus países membros.

Visitas de alto nível

Do lado cambojano, em abril e maio de 2011, o Secretário de Estado (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) Long Visalo visitou Brasília, ocasião em que foram assinados os primeiros instrumentos bilaterais: para a cooperação educacional (o que permite a estudantes do Camboja participar de programas de graduação e de pós-graduação no Brasil) e para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Durante a visita, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação em rizipiscicultura. Em junho de 2012, o ministro do Meio Ambiente do Camboja, Mok Mareth, participou da Conferência Rio+20, mas não manteve programação bilateral.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, então presidente da Assembleia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada por seu embaixador junto às Nações Unidas, Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília, em 2007.

Do lado brasileiro, em março de 2012, visitou o Camboja a subsecretária-geral Política II do MRE (SGAP-II). Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de segurança alimentar, programas sociais de erradicação da pobreza, agricultura, desenvolvimento rural e energia – biocombustíveis e hidroeletricidade. Foi, também, firmado o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Em novembro de 2012, a SGAP-II retornou ao Camboja, para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (o Camboja exercia, à época, a presidência de turno da ASEAN).

Em novembro de 2010, o diretor do Departamento da Ásia do Leste visitou o Camboja, ocasião em que se encontrou com o secretário de Estado Ouch Borith, passou em revista a agenda bilateral e solicitou o apoio cambojano ao processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN.

Cooperação bilateral

O Brasil ofereceu ao Camboja cooperação na área da saúde, por intermédio do Fundo IBAS. O projeto, iniciado em março de 2010 e com orçamento próximo a US\$ 1 milhão, foi concluído com êxito em janeiro de 2013. A iniciativa envolveu a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto, e a capacitação de profissionais na área da saúde.

Acordo-Quadro de Cooperação Técnica com aquele país encontra-se em negociação. Mesmo sem a finalização da negociação desse instrumento bilateral, o Camboja tem-se beneficiado de projetos isolados de cooperação, havendo participado: (i) do "I Curso de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular", em março de 2013; (ii) do curso "Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero", em fevereiro e março de 2012; e (iii) do "Curso de Monitoramento de Florestas Tropicais", em outubro de 2011. No âmbito da ASEAN, o Camboja também participou do "I Curso para Diplomatas da ASEAN", oferecido pelo Itamaraty, em agosto de 2012; e foi convidado para o "VI Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento", em março de 2013.

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas a segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis, e aproveitamento do potencial hidrelétrico – áreas em que o Brasil pode prestar contribuição. Em visita a Phnom Penh, em fevereiro de 2017, o embaixador do Brasil em Bangkok identificou, junto a autoridades cambojanas, interesse em cooperação bilateral voltada à produção agrícola para o abastecimento de programas de merenda escolar. Nesse campo, o exemplo brasileiro tem servido como referência para os avanços do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas – atualmente em execução, no Camboja, na cidade de Siem Reap.

É promissora a cooperação bilateral na área de educação. Após a aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo sobre Educação, assinado em maio de 2011, o país pôde ser incluído nos programas PEC-G e PEC-PG. Anteriormente, em dezembro de 2010, durante a apresentação de credenciais do embaixador do Brasil, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Ouch Borith expressara satisfação com a possibilidade de receber apoio brasileiro aos esforços do Camboja na ampliação de seus quadros de mão-de-obra especializada, por meio da cooperação educacional e técnica. Comentou que o regime de terror do Khmer Vermelho foi responsável pela morte ou pelo afastamento do país de suas elites intelectuais e profissionais de nível superior, sendo, portanto, uma das prioridades do atual governo a formação de novos quadros para a administração pública e para o setor privado.

Energia

Durante a visita da subsecretária-geral Política II do MRE, em março de 2012, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo manifestou interesse em investimento brasileiro no Camboja na produção de etanol e biodiesel, destacando que o país já produz cana-de-açúcar e mandioca para a geração de biocombustíveis. Estudos já identificaram potencial para a plantação de pinhão-mansão e mandioca com vistas à produção, respectivamente, de biodiesel e etanol.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no país é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok, na Tailândia. Há cerca de uma dezena de brasileiros no Camboja.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Camboja.

POLÍTICA INTERNA

Quadro histórico

Herdeiro histórico do mais poderoso império do Sudeste Asiático (Império Khmer, 802-1431), o Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Em 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob regime monárquico. Nesse período, destacou-se a figura do Rei Sihanouk (que abdicou do trono em 1955 para eleger-se Primeiro-Ministro, com o título de Príncipe, e voltou a assumir a Chefia de Estado com o falecimento do pai, em 1960). Em 1970, após golpe militar, foi proclamada a República Khmer, tendo assumido a Presidência o General Lon Nol (pró-EUA).

Em 1976, sob a liderança de Pol Pot, as forças revolucionárias do Khmer Vermelho, vitoriosas na guerra civil, proclamaram o estado revolucionário. O regime tentou isolar o Camboja do convívio internacional e implementou uma política externa de aliança com Pequim e de confrontação com o Vietnã. No plano interno, aboliu a moeda e obrigou a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial, o que resultou em caos econômico e fome generalizada. O Vietnã invadiu o país em 1978, derrubou o regime do Khmer Vermelho e implementou novo regime, que durou até 1989.

Entre 1991 e 1993, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi enviado especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ao Camboja e diretor de Repatriamento da Autoridade da ONU de Transição no Camboja (*United Nations Transitional Authority in Cambodia - UNTAC*).

Após o período de administração da UNTAC, entre 1992-93, foi promulgada a atual Constituição (1993), que restabelece a monarquia. O primeiro-ministro Hun Sen lidera o governo praticamente desde 1985 (de

1993 a 1998, na condição de co-primeiro-ministro, com o título de segundo primeiro-ministro).

O rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o primeiro-ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O rei Norodom Sihamoni é o chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Em 15/10/2012, faleceu seu pai, o rei Norodom Sihanouk, que já havia deixado de ser chefe de Estado.

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional. O rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado tem 61 membros: 2 indicados pelo rei, 2 eleitos pela Assembleia Nacional; e o restante eleito pelas 24 províncias do país. A legislatura dos senadores tem duração de seis anos. Já a Assembleia Nacional, câmara baixa do Camboja, é composta por 123 membros eleitos para um mandato de cinco anos por meio de representação proporcional. A Casa tem ainda o poder de retirar o voto de confiança no primeiro-ministro e seu governo, com quorum de dois terços.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), do primeiro-ministro Hun Sen, domina a política nacional. A oposição é centralizada no Partido do Resgate Nacional Cambojano (CNRP), cuja figura principal é Sam Rainsy, ativista político anti-vietnamita que retornou ao país de auto-exílio em julho de 2013.

Conjuntura

Em julho de 2013, foram realizadas eleições parlamentares ordinárias. Os resultados, ainda que dessem como vitorioso o Partido de Hun Sen, CPP, foram surpreendentes, na medida em que o principal partido de oposição, CNRP, centrado na figura de Sam Rainsy, aumentou expressivamente sua participação no Parlamento frente aos resultados de 2008: o número de assentos do CPP, de Hun Sen, caiu de 90 para 68, e os do CNRP subiram de 29 para 55. O CPP perdeu, assim, a maioria de dois terços, necessária para reformas à Constituição, e não sendo possível a formação de coalizão, já que os demais partidos não obtiveram assento.

As prováveis razões para o fortalecimento da oposição são: a grande proporção do eleitorado jovem, a chamada "geração pós-genocídio", que tem acesso às informações de Rainsy por meio de redes sociais e que não acompanhou a trajetória dos líderes pós-Khmer Vermelho; a união de

quase toda a oposição em torno de Rainsy; e o fato de que Hun Sen, apesar da total lealdade de que disfruta no CPP, tem tido dificuldades em conter o forte descontentamento social no país face à alegações de corrupção e impunidade de elementos de seu governo.

Novas eleições serão realizadas em junho de 2017 (locais) e em julho de 2018 (parlamentares). Em fevereiro de 2017, parlamentares do CPP passaram uma série de emendas a uma lei de 1998 sobre partidos políticos, de maneira a conferir ao governo atual poder de dissolver ou suspender grupos partidários existentes que representem "a destruição da unidade nacional". Analistas afirmam que as emendas atingiriam diretamente o CNRP, que vem ganhando espaço no parlamento cambojano, e que teve cerca de 25 membros presos nos últimos 18 meses.

Direitos humanos

O Camboja tem sido alvo de críticas relacionadas a direitos humanos. Alegam-se casos de perseguição política, com prisão de ativistas e afastamento de imunidades parlamentares, e de aprovação de leis que restringem liberdades fundamentais, principalmente de expressão, assembleia e associação.

Entre as leis objeto de críticas internacionais estão: (i) a Lei sobre Associações e Organizações Não-Governamentais de 2015, que concede poderes ao Ministério do Interior para aceitar ou revogar o registro de ONGs atuantes no país, com base em critérios como a "imparcialidade política" das organizações, assim como preocupações relativas "à estabilidade e à segurança nacionais"; (ii) as Leis sobre Telecomunicações e Crime Cibernético, de 2015 e 2016, respectivamente, que ampliam o poder de vigilância do estado sobre usuários e publicações eletrônicas; (iii) a Lei sobre Sindicatos de 2016, que dificulta o registro de entidades sindicais junto ao Ministério do Trabalho - excluindo desse direito, por exemplo, funcionários públicos, empregados domésticos e professores - e submete à interferência do governo a tomada de decisões internas, como a opção pela greve; e (iv) a Lei sobre Partidos Políticos, cujas emendas foram promulgadas no início de 2017.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é marcada: (i) pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; (ii) pelas críticas de países desenvolvidos relacionadas à proteção dos direitos humanos; e (iii) pelas relações próximas com a China e com o Vietnã. Os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Relações bilaterais com outros países

Ainda que haja certo ressentimento na sociedade cambojana em relação ao período de ocupação vietnamita, o governo de Hun Sen mantém relações bastante estreitas com o Vietnã. Mantém também boas relações com a China, da qual recebe importantes empréstimos, doações e investimentos, sobretudo em obras de infraestrutura. Em outubro de 2016, o presidente Xi Jinping realizou visita de estado ao Camboja, encontrando-se com o Rei Norodon Sihamoni e com o primeiro-ministro Hun Sen. Cerca de 31 instrumentos bilaterais foram acordados na ocasião, voltados sobretudo às áreas agrícola (financiamento para o fornecimento de produtos alimentícios à China) e financeira (concessão de novos empréstimos em condições sempre favoráveis).

O ex-presidente dos EUA, Barack Obama, esteve no Camboja em novembro de 2012, por ocasião da Cúpula da Ásia do Leste, quando teria expressado ao primeiro-ministro Hun Sen críticas pela situação dos direitos humanos no Camboja. Em fevereiro de 2017, o então secretário de Estado norte-americano, John Kerry, visitou o Camboja, sendo recebido por Hun Sen. Mais uma vez, não se deixou de manifestar o incômodo dos EUA quanto à situação política no Camboja, encorajando maior abertura e atenção às liberdades políticas.

Em 2016, o Parlamento Europeu passou resolução sobre a situação política e de direitos humanos no Camboja (Resolução 2016/2753). Pela resolução, os parlamentares europeus manifestam preocupação com a deterioração do cenário político naquele país e condenam os atos de violência, as acusações motivadas por questões políticas e as detenções que vêm tendo como alvo políticos opositores, ativistas de direitos humanos e representantes da sociedade civil. Encorajam o governo cambojano a reinaugurar o diálogo democrático e a assegurar a aplicação da lei e as garantias fundamentais. Instam a revogação dos mandados de prisão de membros do Partido Cambojano da Salvação Nacional (CNRP) e de cinco defensores de direitos humanos que se encontram sob custódia. A resolução

conclama, ainda, a convocação de eleições transparentes e sob supervisão internacional e condiciona a continuidade dos repasses financeiros europeus ao governo de Phnom Penh à melhora da situação de direitos humanos no país. Atualmente, a União Europeia é a principal fornecedora de assistência ao desenvolvimento do Camboja, tendo aprovado pacote de ajuda para o período 2014-2020 no valor de 410 milhões de euros.

A Tailândia também é parceiro de destaque para o Camboja, principalmente na área comercial e em assuntos de segurança na fronteira, regularização de imigrantes e ciência, tecnologia e inovação. Na décima reunião da Comissão Conjunta Bilateral Camboja-Tailândia, realizada em 26 de agosto de 2016, foi firmado memorando de entendimento para criação de centro de assistência e reabilitação voltado a vítimas de tráfico de pessoas e grupos vulneráveis. Os principais temas tratados na referida reunião foram: (i) a abertura de novos pontos de monitoramento na fronteira; (ii) a prevenção e o combate à exploração ilegal de madeira; (iii) a legalização da situação imigratória de trabalhadores cambojanos na Tailândia; e (iv) o fortalecimento dos laços comerciais. Discutiram-se, igualmente, formas de aprofundar a colaboração bilateral em saúde pública, educação, redução de risco de desastres e ciência, tecnologia e inovação.

Litúgio com a Tailândia

As relações com a Tailândia apresentam histórico de tensão, devido ao litúgio fronteiro na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo seja cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de 1962), a Tailândia reclama área de 4,6 km² adjacente ao templo. Tal contestação baseia-se na topografia da região, que faz do templo praticamente um enclave no território tailandês. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Por solicitação do Camboja, o assunto foi tratado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira. Durante a reunião, as intervenções dos membros do Conselho refletiram apoio aos bons ofícios da ASEAN e à noção de que a ação do CSNU visa apenas a reforçar, e não suplantiar, os esforços bilaterais e regionais. Após a sessão, o CSNU emitiu nota à imprensa em que instou as partes a estabelecerem e implementarem um cessar-fogo e a resolverem a questão de forma pacífica mediante diálogo. Nesse sentido,

expressou apoio aos esforços da ASEAN em prol da solução da questão, encorajando as Partes a cooperarem com a Associação.

Em novembro de 2013, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) proferiu veredito final sobre o diferendo fronteiriço. Recebida pelo governo tailandês como "positiva", a decisão da CIJ concedeu ao Camboja a soberania sobre o território do promontório onde se localiza o templo (representando perda territorial para a Tailândia), mas não delimitou a nova fronteira entre os dois países. Outras áreas adjacentes ao templo deverão ser objeto de negociação bilateral, com as quais os dois governos assentiram. A CIJ também assegurou que o mapa utilizado pelos cambojanos é o documento válido para negociações.

Desde então, os desentendimentos entre o Camboja e a Tailândia relativos ao entorno do Templo de Preah Vihear parecem estar mais próximos de seu equacionamento, na medida em que os Governos têm voltado, gradualmente, a tratar do assunto em alto nível. Recentemente, o alto representante cambojano no Comitê Geral de Fronteira anunciou a intenção de reabrir o acesso ao local pela fronteira tailandesa – que se encontra interrompido desde 2009, em função dos frequentes episódios de violência na região.

Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

O Camboja, último país a ingressar na ASEAN, em 1999, exerceu a presidência de turno da Associação em 2012. Nessa condição, sediou, em julho de 2012, a 45ª Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN. Pela primeira vez, a reunião não produziu um comunicado conjunto, em razão da recusa do Camboja em incluir menção à questão do Mar do Sul da China, como desejavam as Filipinas, o que parece refletir a influência chinesa no país. Cabe ter presente que a China é o maior doador ao Camboja e o maior investidor estrangeiro no país, e que o então Presidente Hu Jintao realizou visita ao Camboja poucos dias antes da reunião, a primeira de um Chefe de Estado chinês ao país em doze anos.

Na Associação, o Camboja defende firmemente o princípio da não-interferência em assuntos internos dos países membros. Os interesses e as posições, que compartilham, levaram o Camboja, o Laos, o Vietnam e Myanmar a se congregarem nos agrupamentos CLV (Camboja-Laos-Vietnam) e CLVM (Camboja-Laos-Vietnam-Myanmar), ambos com reuniões de cúpula anuais.

Temas multilaterais

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e não-permanentes no CSNU e demonstrou, em 2009, apoio não escrito à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão. Em maio de 2011, durante visita ao Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo indicou que seu país não teria dificuldade em apoiar o Brasil, como representante latino-americano, desde que o processo de reforma seja efetivamente iniciado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas do país

A economia cambojana tem prosperado bastante desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. Estima-se que o crescimento do PIB real tenha sido de 6,8% em 2016. Em julho de 2016, o país foi graduado, passando de país de baixa renda para o status de país com renda média-baixa. Mesmo assim, o Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático, com renda per capita, em PPP, em torno de 4.020 dólares (estimativa para 2017). Tal defasagem econômica reflete cicatrizes deixadas pelo brutal regime do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, e, em geral, pelas guerras havidas no país desde sua independência da França.

A agricultura ainda emprega dois terços da força de trabalho, e cerca de 75% dos agricultores ainda dependem da agricultura de subsistência. Em termos gerais, o crescimento da economia baseia-se no consumo privado e em aumento da renda advindo de melhoras de produtividade dos fatores de produção.

Em 2015, o governo cambojano aprovou, pela primeira vez, política de desenvolvimento industrial para um período de dez anos. Segundo o documento "Política de Desenvolvimento Industrial 2015-25", na próxima década o governo khmer enviará para ampliar a participação da indústria na economia do país dos atuais 24% para 30%, ao mesmo tempo em que adotará medidas visando à diversificação da base industrial, atualmente

concentrada nos setores de vestuário e processamento de arroz. São quatro os pilares básicos da política industrial: (i) atração de investimento direto estrangeiro; (ii) modernização de pequenas e médias empresas, particularmente no que se refere ao adensamento de suas conexões com companhias multinacionais; (iii) adoção de marco regulatório que estimule a competitividade; (iv) implementação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de melhoria da infraestrutura e dos serviços.

A economia cambojana tem sido modernizada desde a estabilização política, na década de 1990, com a adesão à ASEAN, em 1999, e à acesso OMC, em 2004. O processo de estabilização faz-se acompanhar por privatizações e maior inserção da produção cambojana na economia mundial. Evidência disso é a abertura, em julho de 2011, da primeira bolsa de valores do Camboja (*Cambodia Securities Exchange*), em parceria do Governo com a sul-coreana Korea Exchange (55% x 45%, respectivamente).

No setor externo, o Camboja geralmente tem balança comercial favorável. Em 2015, exportou US\$ 16,1 bilhões e importou US\$ 15,3 bilhões, com saldo positivo de US\$ 768 milhões. Nas exportações, destaca-se o setor têxtil e de couros, destinados a EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e Vietnã; nas importações, ouro, petróleo refinado, automóveis e peças automotivas chegam da Tailândia, da China, do Vietnã, de Hong Kong e de Singapura, principais fontes de importação.

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, cuja produção poderá começar ainda em 2013. Há, contudo, problemas relativos à ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja – além de petróleo e gás natural – madeira, pedras preciosas, ferro, manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, ciente da importância desses capitais no estímulo à atividade produtiva. O Governo cambojano tem especial interesse na atração de investimentos que contribuam para a competitividade do país no longo prazo, priorizando: (i) agricultura e agroindústria; (ii) infraestrutura de transporte e

telecomunicação; (iii) energia e eletricidade; (iv) indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação; (v) turismo; (vi) desenvolvimento de recursos humanos; e (vii) mineração. O ambiente para investimentos no país é favorável, e os investimentos estrangeiros geralmente não enfrentam restrições.

A matriz energética do Camboja apresenta forte dependência do uso de biomassa convencional (lenha), fonte de energia que responde por mais de 80% do total, seguida dos derivados de petróleo importados. O amplo uso da biomassa se traduz em altos índices de desmatamento da cobertura vegetal do país. A geração de energia elétrica, por sua vez, baseia-se em unidades térmicas convencionais (cerca de 95% do total), movidas a petróleo ou diesel. Hidroeletricidade e biomassa moderna (resíduos, biocombustíveis, biogás) respondem por fração diminuta da energia do país (3,3% e 1,3%, respectivamente). Há iniciativas em diversas formas de energias renováveis (hidrelétricas, biocombustíveis, biogás, solar, eólica, etc), mas o estágio de desenvolvimento, em muitos casos, ainda se resume a estudos de potencialidade ou projetos-piloto. Em junho de 2009, o Camboja tornou-se membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

Comércio e investimentos bilaterais

As exportações brasileiras para o Camboja permanecem bastante reduzidas (US\$ 5.9 milhões em 2016), e a pauta é altamente concentrada, prevalecendo os manufaturados e os semimanufaturados. Nas exportações, destacam-se os couros preparados, tabaco não manufaturado, transformadores e conversores elétricos e máquinas agrícolas. As importações provenientes do Camboja, no mesmo ano, representaram montante consideravelmente mais elevado (US\$ 24.3 milhões), e se concentraram em têxteis, vestuário e calçados.

O Banco Central do Brasil não tem registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnam (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Segundo Primeiro-Ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011	Novos choques armados entre Camboja e Tailândia, na região do templo Preah Vihear. Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteira próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.

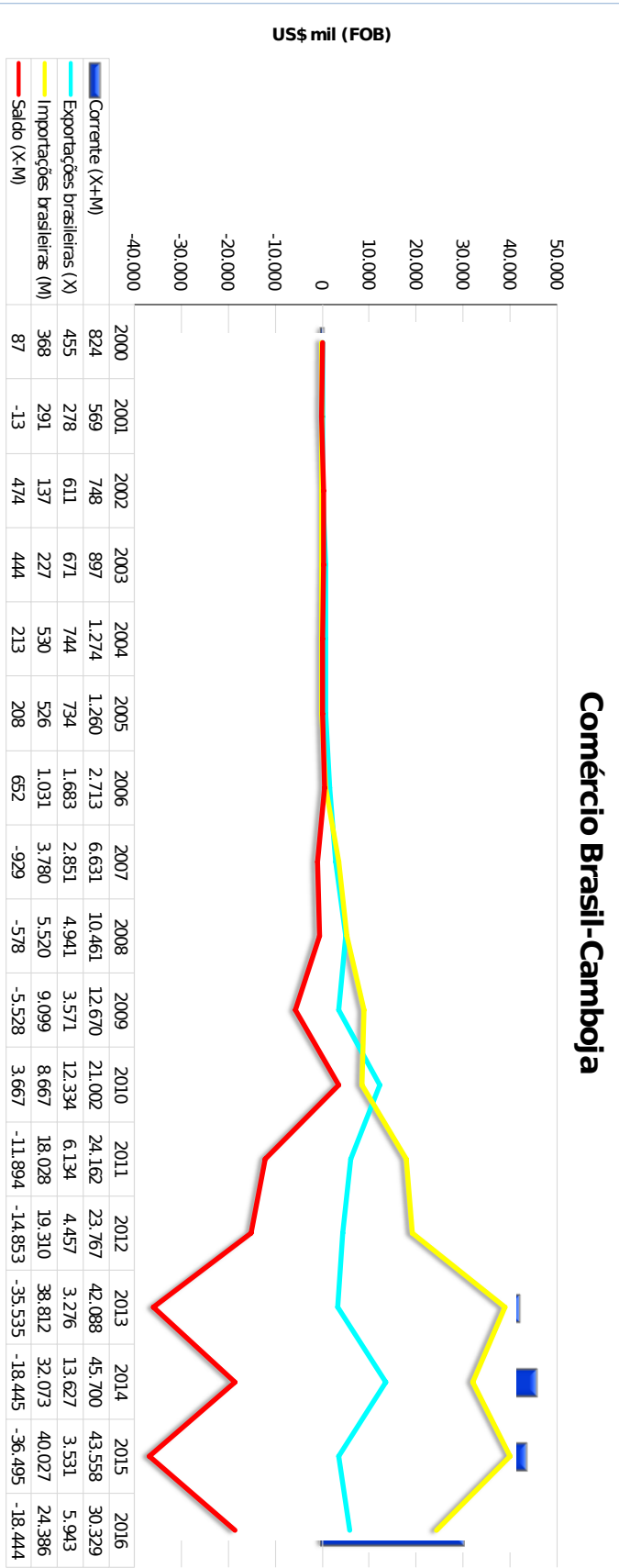
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1994	Reativação das relações diplomática Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia
2006	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihamoni
2007	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2009 (jun)	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando se encontrou com o então Secretário de Estado Ouch Borith
2009 (set)	Doação brasileira de US\$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana
2009 (set)	Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando se encontrou com o então Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
2010 (jan)	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2010 (mar)	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde
2010 (nov)	Visita a Phnom Penh do Diretor do Departamento da Ásia do Leste, Min. Francisco Mauro Brasil de Holanda
2010 (dez)	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Rei Norodom Sihamoni
2011 (mai)	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011 (dez)	Doação brasileira de US\$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho
2012 (mar)	Visita da Sra. SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais. Camboja apoia o Brasil tornar-se parceiro de diálogo da ASEAN
2012 (nov)	Sra. SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN
2013 (jan)	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



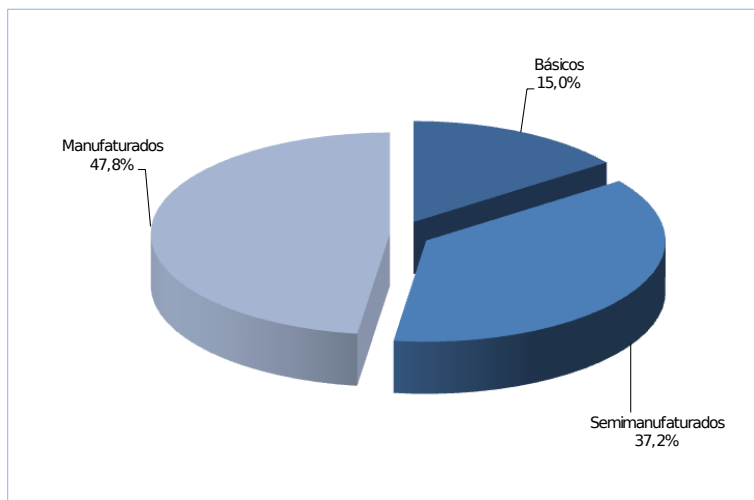
Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/C/SEC/EX, Maio de 2017.

2017 / 2016

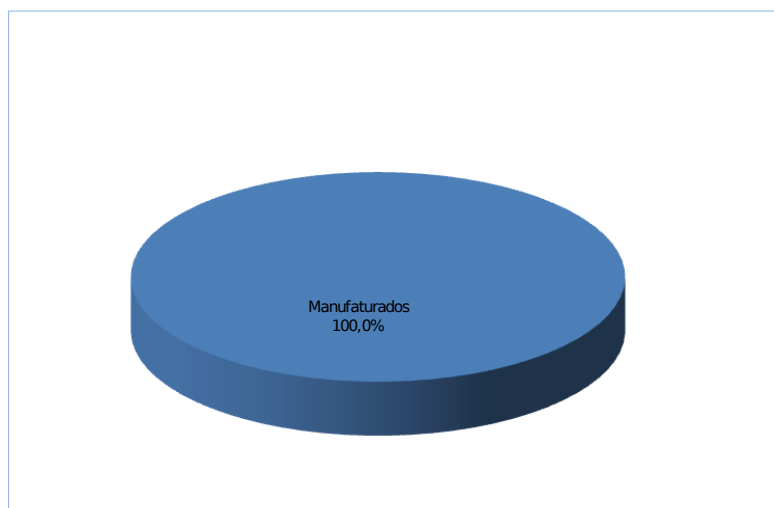
	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	1.295	7.378	8.674	-6.083
2017 (jan-abr)	1.170	9.564	10.734	-8.394

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2016

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para o Camboja (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Couro bovino preparado	623	4,6%	1.127	31,9%	1.402	23,6%
Tabaco não manufaturado	3.900	28,6%	740	21,0%	789	13,3%
Transformadores e conversores elétricos	0	0,0%	0	0,0%	722	12,1%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	0	0,0%	74	2,1%	564	9,5%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	62	0,5%	359	10,2%	551	9,3%
Tecidos de algodão com fibras sintéticas, peso superior a 200gr	0	0,0%	0	0,0%	237	4,0%
Sucos de frutas	348	2,6%	223	6,3%	215	3,6%
Couros ovinos preparados	0	0,0%	19	0,5%	183	3,1%
Tratores	0	0,0%	0	0,0%	161	2,7%
Pneus novos	95	0,7%	176	5,0%	157	2,6%
Subtotal	5.028	36,9%	2.718	77,0%	4.981	83,8%
Outros	8.599	63,1%	813	23,0%	962	16,2%
Total	13.627	100,0%	3.531	100,0%	5.943	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Altiweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

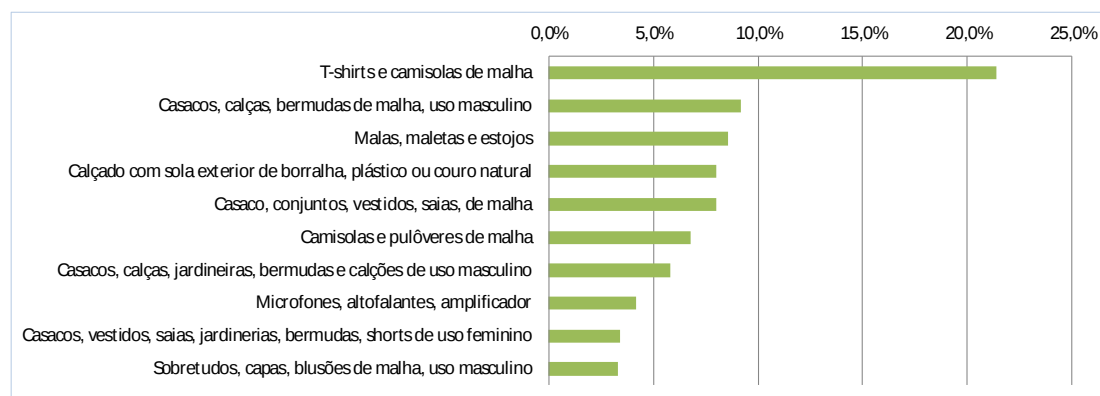


Composição das importações brasileiras originárias do Camboja (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
T-shirts e camisolas de malha	3.516	11,0%	5.073	12,7%	5.219	21,4%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	1.645	5,1%	2.606	6,5%	2.234	9,2%
Malas, maletas e estojos	103	0,3%	537	1,3%	2.096	8,6%
Calçado com sola exterior de borralha, plástico ou couro natural	5.717	17,8%	10.760	26,9%	1.956	8,0%
Casaco, conjuntos, vestidos, saias, de malha	3.918	12,2%	3.064	7,7%	1.954	8,0%
Camisolas e pulôveres de malha	2.928	9,1%	1.365	3,4%	1.651	6,8%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	3.646	11,4%	2.931	7,3%	1.418	5,8%
Microfones, altofalantes, amplificador	386	1,2%	1.181	3,0%	1.019	4,2%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	344	1,1%	2.087	5,2%	827	3,4%
Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino	535	1,7%	405	1,0%	804	3,3%
Subtotal	22.738	70,9%	30.009	75,0%	19.178	78,6%
Outros	9.335	29,1%	10.018	25,0%	5.208	21,4%
Total	32.073	100,0%	40.027	100,0%	24.386	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Altiweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Transformadores e conversores elétricos	0	0,0%	267	22,8%	Transformadores e conversores elétricos 22,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	206	15,9%	181	15,5%	Máquinas agrícolas para preparação do solo 15,5%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	107	8,3%	119	10,2%	Couros bovinos curtidos ou em crosta 10,2%
Couro bovino preparado	360	27,8%	107	9,1%	Couro bovino preparado 9,1%
Tabaco não manufaturado	131	10,1%	89	7,6%	Tabaco não manufaturado 7,6%
Couros e peles acamurçados	1	0,1%	76	6,5%	Couros e peles acamurçados 6,5%
Compostos derivados de amoníacos	68	5,2%	66	5,6%	Compostos derivados de amoníacos 5,6%
Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha/plástico	32	2,5%	65	5,6%	Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha/plástico 5,6%
Pneus novos	0	0,0%	44	3,8%	Pneus novos 3,8%
Medicamentos em doses	25	1,9%	37	3,2%	Medicamentos em doses 3,2%
Subtotal	930	71,8%	1.051	89,9%	
Outros	365	28,2%	119	10,1%	
Total	1.295	100,0%	1.170	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
T-shirts e camisolas de malha	1.936	26,2%	1.588	16,6%	T-shirts e camisolas de malha 16,6%
Outro calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural	139	1,9%	1.233	12,9%	Outro calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural 12,9%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	918	12,4%	1.024	10,7%	Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino 10,7%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	562	7,6%	801	8,4%	Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino 8,4%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de tecido	231	3,1%	614	6,4%	Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de tecido 6,4%
Malas, maletas e estojos	135	1,8%	552	5,8%	Malas, maletas e estojos 5,8%
Camisolas e pulôveres de malha	531	7,2%	546	5,7%	Camisolas e pulôveres de malha 5,7%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de couro	294	4,0%	540	5,6%	Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de couro 5,6%
Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino	338	4,6%	420	4,4%	Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino 4,4%
Vestuário e seus acessórios para bebês	109	1,5%	379	4,0%	Vestuário e seus acessórios para bebês 4,0%
Subtotal	5.193	70,4%	7.697	80,5%	
Outros produtos	2.185	29,6%	1.867	19,5%	
Total	7.378	100,0%	9.564	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPV/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alivweb.

Principais indicadores socioeconômicos do Camboja

Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,04%	7,02%	6,89%	6,77%	6,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	17,79	19,40	20,95	22,77	24,77
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.145	1.230	1.309	1.401	1.501
PIB PPP (US\$ bilhões)	54,37	58,95	64,41	70,30	76,70
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.498	3.737	4.022	4.325	4.649
População (milhões habitantes)	15,54	15,78	16,01	16,25	16,50
Inflação (%) ⁽²⁾	2,85%	3,53%	3,07%	3,04%	3,04%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-10,60%	-8,65%	-8,54%	-8,48%	-8,45%
Dívida externa (US\$ bilhões)	9,32	10,51	11,88	13,51	n.d.
Câmbio (CR / US\$) ⁽²⁾	4,05	4,05	4,15	4,11	n.d.

Origem do PIB (2016 Estimativa)

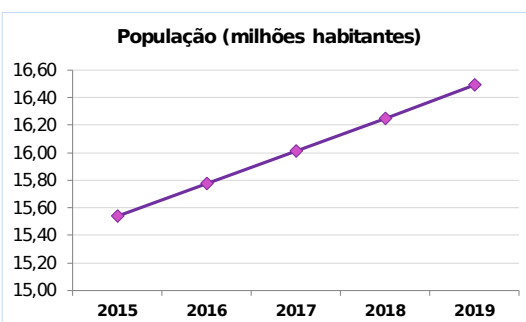
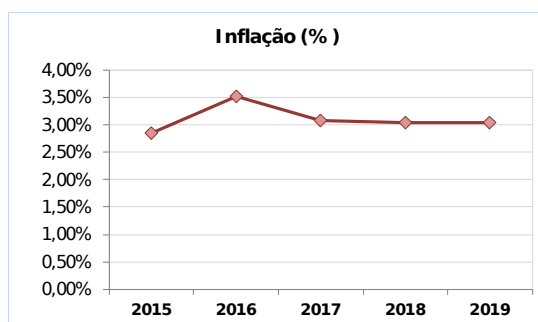
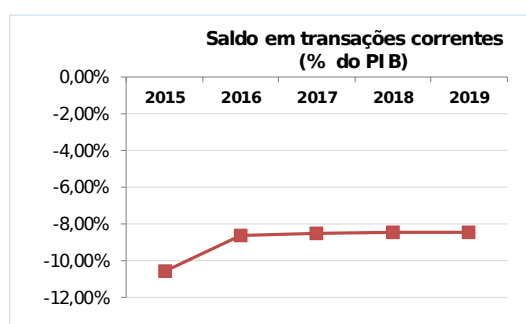
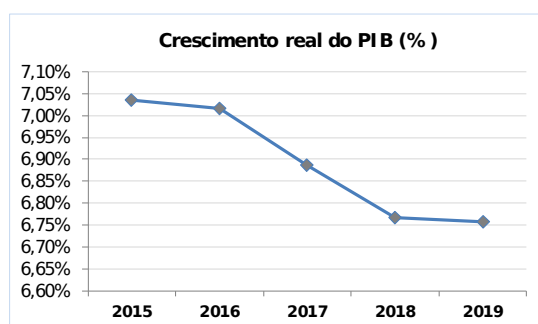
Agricultura	26,7%
Indústria	29,8%
Serviços	43,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LAOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular Democrática do Laos
GENTÍLICO	Laociano
CAPITAL	Vientiane
ÁREA	236.800 km ²
POPULAÇÃO (2016)	7,09 milhões
IDIOMAS	Laociano (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (65%); animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República socialista de partido único
PODER LEGISLATIVO	Assembléia Nacional Unicameral ou Sapha Heng Xat (132 cadeiras, membros escolhidos de lista do Partido Revolucionário do Povo do Laos diretamente em eleições de maioria simples; servem por 5 anos).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bounnhang Vorachith (desde 20 abr/2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Thongloun Sisoulith (desde 20 abr/2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ministro Saleumxay Kommasith (desde 20 abr/2016)
PIB nominal (EST. 2017):	US\$ 14,97 bilhões
PIB PPP (EST. 2017):	US\$ 44,64 bilhões
PIB nominal per capita (EST. 2017):	US\$ 2.051
PIB PPP per capita (EST. 2017):	US\$ 6.116
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	7,45% (2015); 6,94% (2016); 6,79% (estimativa 2017)
IDH	0,586, 138º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	66,6
ALFABETIZAÇÃO (2016)	79,9%
DESEMPREGO (2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Kip
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há. Registram-se contatos por meio da Embaixada do Brasil em Bangkok e da Embaixada do Laos em Havana.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Menos de 10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LAOS (US\$ mil) (fonte: MDIC)										
BRASIL - LAOS	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	54,8	6	242	245	296	242	2.936	1.623	587	723
Exportações	54,8	5	231	146	31	9	273	379	205	606
Importações	0	1	11	99	264	233	2.663	1.244	381	116
Saldo	54,8	4	220	47	-233	-224	-2.390	-865	-176	490

DASEAN, elaborado em 25/05/2017

APRESENTAÇÃO

Independente em 1954, o Laos localiza-se no Sudeste Asiático e tem 7 milhões de habitantes. O país não tem saída para o mar e apresenta rede pouco desenvolvida de transportes e comunicações, sendo a agricultura de subsistência a base de sua economia. Embora seja considerado País de Menor Desenvolvimento Relativo, tem apresentado crescimento médio de 7% na última década. É a menor economia entre os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

PERFIS BIOGRÁFICOS

BOUNNHANG VORACHITH

Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos



Nasceu em 15 de agosto de 1938, em Savannakhet, no oeste do Laos. É casado e tem cinco filhos, um dos quais foi eleito membro alternativo do Comitê Central do Partido Revolucionário do Povo do Laos (PRPL). Estudou ciências políticas no Vietnã, em 1978.

Vorachith entrou no movimento revolucionário laociano em 1952 e trabalhou para a Unidade de Propaganda das Forças Armadas. Passou por diversos cargos dentro da hierarquia do PRLP, sendo um de seus membros mais destacados ao longo da história laociana. Foi prefeito de Vientiane, capital do país, de 1993 a 1996. Serviu como vice-primeiro-ministro de 1996 a 2001, primeiro-ministro de 2001 a 2006, vice-presidente de 2006 a 2016, sendo eleito presidente e secretário-geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos em 2016.

Vorachith é o último membro da primeira geração do partido a ainda estar no governo. Indicou interesse em promover renovação do PRPL e em alçar as novas lideranças do partido a cargos de maior importância.

THONGLOUN SISOUKITH

Primeiro-Ministro



O primeiro-ministro Thongloun Sisoulith nasceu em 1945, na província de Houaphan, principal centro do movimento revolucionário comunista. É casado com a filha do líder revolucionário Phoumi Vongvichit, ex-presidente interino, com quem tem dois filhos e uma filha. É budista.

Formou-se em História; obteve mestrado em Lingüística e Literatura em São Petersburgo; e o título de PhD em Filosofia, em Moscou. Domina cinco idiomas (entre eles, inglês, russo e vietnamita).

É parte da geração de intelectuais laocianos formados na União Soviética.

Foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros (1987-92); ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1993-97); e membro da Assembleia Nacional (1998-2000). Em 2001, foi nomeado vice-primeiro-ministro, presidente do Comitê de Planejamento e Cooperação e do Comitê de Investimento e Cooperação, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em 2006.

Esteve no Brasil em agosto de 2007, para participar da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

Em 2016, tornou-se primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Laos ainda não desenvolveram o potencial de suas relações, estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane.

Há escasso fluxo de visitas bilaterais. Do lado laociano, o vice-primeiro-ministro, Somsavat Lengsavad, visitou o Brasil em junho de 2012, para participar da Conferência Rio+20, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente Michel Temer. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Samsongsak, chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008. O então ministro dos Negócios Estrangeiros, atual Primeiro-Ministro, Thongloun Sisoulith, participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, e manteve, então, encontro bilateral com o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Do lado brasileiro, a então subsecretária-geral de Assuntos Políticos II do Ministério das Relações Exteriores (SGAP-II), embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou o Laos em março de 2012 e manteve encontros com os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros; da Agricultura e Florestas; de Planejamento e Investimentos; e de Minas e Energia. Com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: o Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e o Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas (o mecanismo reuniu-se pela primeira vez naquela ocasião). Em outubro de 2008, o então SGAP-II, embaixador Roberto Jaguaribe visitou o Laos, para realizar consultas de alto nível.

Houve iniciativa de cooperação brasileira, por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul), no projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San (Nam Xan), na Província de Bolikhamxay. A cerimônia de lançamento do projeto foi realizada em 2012, tendo sido a obra concluída em 2015. O Laos tem interesse em iniciativa brasileira no campo da educação básica e da infraestrutura escolar, especialmente no combate à desnutrição pela rede escolar. Em dezembro de 2016, foi expresso ainda interesse laociano em negociar instrumento bilateral no campo da cooperação esportiva.

A aproximação do Brasil com a ASEAN apresenta oportunidade adicional para a intensificação das relações bilaterais. O Laos também tem-se beneficiado de

programas oferecidos pelo Brasil em escala regional. No âmbito do relacionamento Brasil-ASEAN, o Laos participou do I Curso para Diplomatas da ASEAN, em agosto de 2012, no Rio de Janeiro e em Brasília. No âmbito do FOCALAL, o Laos participou da 3ª edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, em maio de 2011, em São Paulo.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no Laos é prestada pela Embaixada em Bangkok, na Tailândia, uma vez que não há representação residente do Brasil no Laos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Laos.

POLÍTICA INTERNA

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou a Indochina francesa, que, desde 1883, incluía o território laociano, e utilizou a região como base de operações contra as potências aliadas. Em 1949, em convenção assinada com a França, o Laos tornou-se Estado associado à União Francesa. Somente em 1954, o país conquistou a independência plena, na forma de monarquia constitucional.

Após a independência, o país passou por guerra civil, durante a qual se opuseram as forças reais (apoiadas pelos EUA) e a insurreição comunista. Nesse contexto, o Laos envolveu-se na Guerra do Vietnam, tendo sido então intensamente bombardeado pelos Estados Unidos. Em 1975, com a vitória da insurreição comunista, a monarquia foi derrubada e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnam.

Desde meados da década de 1980, o país tem promovido lenta liberalização da economia e a retomada de relações comerciais com países ocidentais, em movimento semelhante ao realizado por países como a China e o Vietnam. Embora o Laos não tenha promovido reformas políticas com a mesma amplitude das econômicas, o regime laociano tem fundamentado sua legitimidade na promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida da população. O governo laociano espera, até 2020, superar seu atual status de País de Menor Desenvolvimento Relativo e atingir a classificação de País de Renda Média, o que, segundo analistas, poderá acontecer em 2024, caso sejam mantidas as taxas de crescimento atuais. O Banco Mundial reconhece a expressiva redução da pobreza alcançada pelo Estado laociano na última década. Segundo a instituição, o índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza diminuiu de 33,6% para 23,4% na última década.

A ascensão do ex-chanceler Thongloun Sisoulith à frente do governo laociano, em abril de 2016, imprimiu novo ímpeto ao processo de renovação dos quadros políticos do Partido Popular Revolucionário Laociano. O combate à corrupção e a regularização da atividade madeireira, um dos principais vetores da aceleração do desmatamento do país, são as principais bandeiras políticas do novo governo.

O Poder Legislativo do Laos é unicameral (Assembleia Nacional). O Chefe de Estado é o Presidente, eleito pela Assembleia Nacional com ao menos dois terços de votos. A duração de seu mandato, bem como daquele dos membros da Assembleia Nacional, é de 5 anos. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que é designado pelo Presidente, com a aprovação da Assembleia Nacional. A Corte Suprema Popular é o maior órgão judicial do Estado.

O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, que contam com razoável autonomia, em boa parte devido a carências de infraestrutura, que dificultam a comunicação com o governo central.

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Embora continue ainda muito dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, ambas iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos.

Principais relações bilaterais

Vietnam

O Vietnam é importante aliado político do regime laociano. Há relações estreitas entre o Vietnam e o Laos, em razão: (i) do percurso político semelhante que caracteriza a história recente dos dois países; e (ii) das relações pessoais historicamente estabelecidas entre um dos líderes da revolução laociana, Kaysone Phomvihane (falecido em 1992), e lideranças vietnamitas. Os dois governos têm identidade de posições em muitas áreas e mantêm estreita cooperação, sendo os treinamentos, financiamentos e investimentos oferecidos pelo Vietnam reciprocados por facilidades de acesso a recursos naturais do Laos. Laos e Vietnam regularizaram suas fronteiras com grande esforço entre 1977 e 2007, eliminando, assim, elemento de discórdia importante em seu relacionamento. A corrente de comércio bilateral manteve-se modesta, mas registrou salto notável entre 2015 (US\$ 662,83 milhões) e 2016 (US\$ 1,12 bilhão).

China

A China tem ganhado destaque na política externa laociana, e sua participação como país de origem dos investimentos no Laos tem crescido consistentemente. Em dezembro de 2016, por exemplo, foi lançada a pedra fundamental da ferrovia que deverá conectar Vientiane à província chinesa de Yunnan. O projeto, realizado em conjunto com a China, constitui o primeiro trecho de eventual conexão terrestre direta entre a China e Singapura. Há, ainda, diversos projetos envolvendo empresas chinesas para a exploração do grande potencial hidrelétrico do país.

EUA

As relações com os EUA foram historicamente dificultadas por discordâncias sobre questões de direitos humanos e pelo histórico de conflito entre os dois países. Cabe recordar que, entre 1964 e 1975, os EUA promoveram 580 mil bombardeios ao

país, para romper canal de fornecimento de suprimentos às forças do Vietnã do Norte. Em termos per capita, estima-se que o Laos tenha sido o lugar mais bombardeado do mundo, e que 30% das bombas ainda não tenham detonado.

As relações bilaterais passam, no entanto, por momento de maior aproximação. Em setembro de 2016, o então presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o Laos, quando reconheceu, pela primeira vez, o papel deletério dos bombardeios ocorridos em território laociano durante a Guerra do Vietnã, que levou o país a ter a maior densidade de minas terrestres ativas em todo o mundo. O gesto para marcar a "new comprehensive partnership" dos EUA com o Laos, como prevista em declaração conjunta, foi o anúncio do aporte de US\$ 90 milhões, em três anos, com o objetivo de financiar a remoção dos estimados 80 milhões de explosivos com risco de detonação acidental, espalhados em mais de 25 por cento do território laociano, bem como programas de apoio a vítimas. Ressalta-se, entretanto, que a intensidade do comércio e dos investimentos norte-americanos no Laos é modesta.

Tailândia

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial, responsável por mais da metade do comércio exterior do Laos, e importante fonte de investimentos. Tem, ademais, expressiva influência cultural, à qual muito contribuem as afinidades culturais e religiosas entre as duas populações.

Coreia do Norte

O Laos é parceiro histórico da Coreia do Norte e, em fevereiro de 2016, os dois países declararam, no contexto de encontro entre os Secretários-Gerais dos respectivos partidos comunistas, a intenção de reforçar a cooperação bilateral.

Temas multilaterais

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Demonstra ter simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

O Laos tornou-se membro da OMC em fevereiro de 2013, sendo o último país da ASEAN a aderir à organização. O país apresentou seu pedido de acesso à Organização em julho de 1997, tendo o Conselho Geral da OMC criado grupo de trabalho, do qual o Brasil fez parte a esse respeito em fevereiro de 1998.

O Laos tornou-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, juntamente com Myanmar. Por seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado, como, por exemplo, prazos mais

elásticos de desgravação de seu comércio. Em 2016, o Laos exerceu a presidência rotativa da ASEAN.

Como mais recente membro da Associação e país com menor grau de desenvolvimento relativo, o Laos possui especial sensibilidade à necessidade de diluir as assimetrias do bloco. Assim, a presidência laociana empenhou-se em destacar a importância da conectividade entre os países da Associação, além de incluir o tema na XI Cúpula da Ásia do Leste, no contexto da qual foi firmada a Declaração de Vientiane sobre Promoção de Cooperação para o Desenvolvimento da Infraestrutura na Ásia do Leste. Nesse contexto, o país procurou afirmar-se como potencial plataforma logística entre a China e o Sudeste Asiático e como fornecedor de energia para a região, por meio da exploração da capacidade hidrelétrica dos seus rios.

Direitos Humanos

Quando do exame pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em janeiro de 2015, o Brasil constituiu, conjuntamente com o Catar e a Costa do Marfim, grupo de relatores do 2º ciclo da RPU do Laos. Na oportunidade, a delegação brasileira expressou satisfação com a ratificação pelo Laos, em 2012, da Convenção contra a Tortura e recomendou a ratificação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Laos é a menor economia da ASEAN, classificado como País de Menor Desenvolvimento Relativo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. A economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas. Tem crescido, ademais, a importância da mineração (cobre, ouro e prata) e do turismo.

Segundo relatório do Banco Mundial, o Laos apresenta um dos mais expressivos índices de crescimento econômico da Ásia e do Pacífico. A economia cresce a uma taxa média superior a 7% desde 2004. O setor privado cresceu, os investimentos estrangeiros têm aumentado expressivamente e já se registra escassez de mão de obra qualificada.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos tem sido a base para o desenvolvimento econômico do país. O território conta com cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. As hidrelétricas laocianas são responsáveis pelo fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnã, que dependem fortemente desse aporte. A conclusão da termelétrica de Hongsa – localizada no oeste do país, nas proximidades da fronteira com a Tailândia – deverá ampliar em 30% a capacidade laociana de produção de energia elétrica. A nova planta exportará para a Tailândia 80% da energia lá produzida

O país tem promovido diversas medidas visando à reformulação econômica e liberalização comercial, seguindo a linha adotada pela China e pelo Vietnã. A adesão do Laos à OMC, em fevereiro de 2013, tornou o país mais atrativo para o investimento estrangeiro direto (IED). Ressalte-se, contudo, que o país continua muito dependente da ajuda externa, que financia mais de 50% do orçamento anual laociano.

Em 2016, a China ultrapassou a Tailândia como o maior investidor estrangeiro no país, que conta também com expressivos investimentos de empresas vietnamitas, australianas, japonesas e francesas. Merece destaque o projeto, recentemente aprovado, de interligação ferroviária Laos-China (Vientiane-Kunming), cujo valor estima-se em US\$ 7 bilhões.

Os principais parceiros comerciais do Laos são Tailândia, China e Vietnã, que absorvem quase 70% de suas exportações e fornecem quase 90% das importações do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	Laos ganha autonomia relativa como um Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção de regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo)
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2
2010	Renúncia do PM Bouasone Bouphavanh
2011	Abertura da primeira bolsa de valores
2011	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento.
2012	Hillary Clinton se torna a primeira Secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos.
2012	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Presidente)
2006	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad
2007	Encontro entre o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupcha.
2010	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010	Apresentação de credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Presidente Choummaly Sayasone.
2011	Encontro da Sra. SGAP-II com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, à margem da V Ministerial do FOCALAL.
2012	Visita da Sra. SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas).
2012	Vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20.
2014	O Embaixador Gilberto Fonseca de Moura apresentou credenciais ao Presidente do Laos, Choumaly Sayasone.
2017	Participação do Embaixador Gilberto Fonseca de Moura na cerimônia do 41º aniversário de estabelecimento da República Popular Democrática do Laos.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012	22/06/2012

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

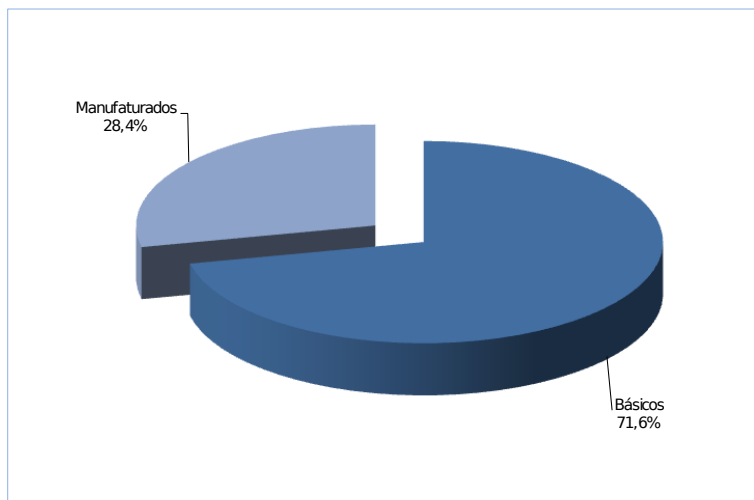


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

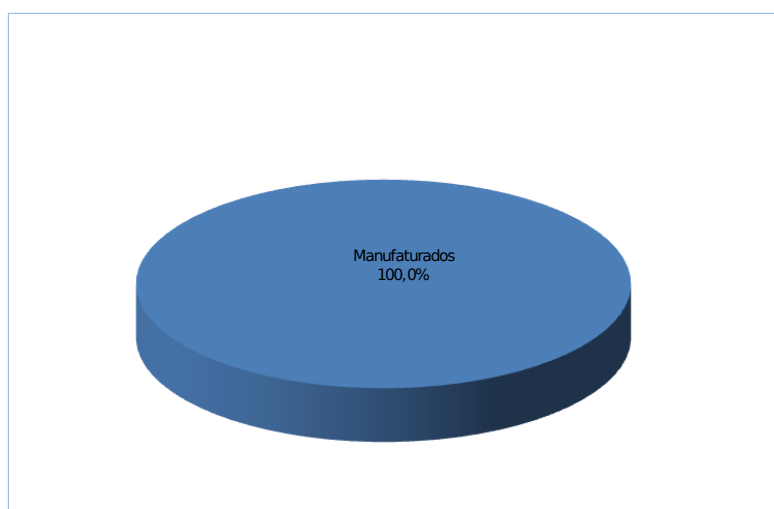
2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	33	51	85	-18
2017 (jan-abr)	607	117	723	490

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2016

Exportações



Importações



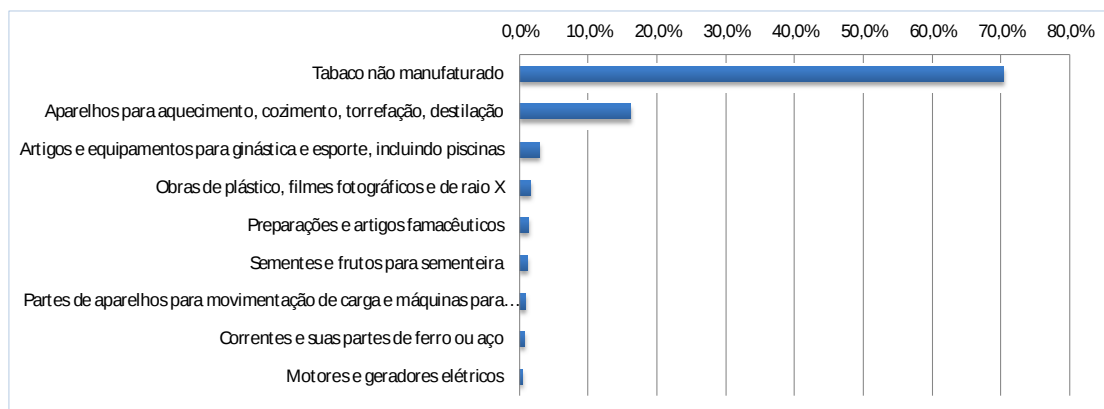
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para o Laos (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	489	70,4%
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	4	3,8%	0	0,0%	112	16,2%
Artigos e equipamentos para ginástica e esporte, incluindo piscinas	0	0,0%	0	0,0%	20	2,9%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	0	0,0%	0	0,0%	11	1,6%
Preparações e artigos farmacêuticos	0	0,0%	0	0,0%	9	1,3%
Sementes e frutos para sementeira	43	41,5%	42	20,6%	9	1,2%
Partes de aparelhos para movimentação de carga e máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	6	0,9%
Correntes e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	14	6,9%	6	0,8%
Motores e geradores elétricos	16	15,3%	13	6,3%	3	0,5%
Ferramentas manuais	17	16,7%	18	8,7%	0	0,0%
Subtotal	80	77,3%	87	42,5%	666	95,8%
Outros	24	22,7%	118	57,5%	29	4,2%
Total	104	100,0%	206	100,0%	695	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Altiweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

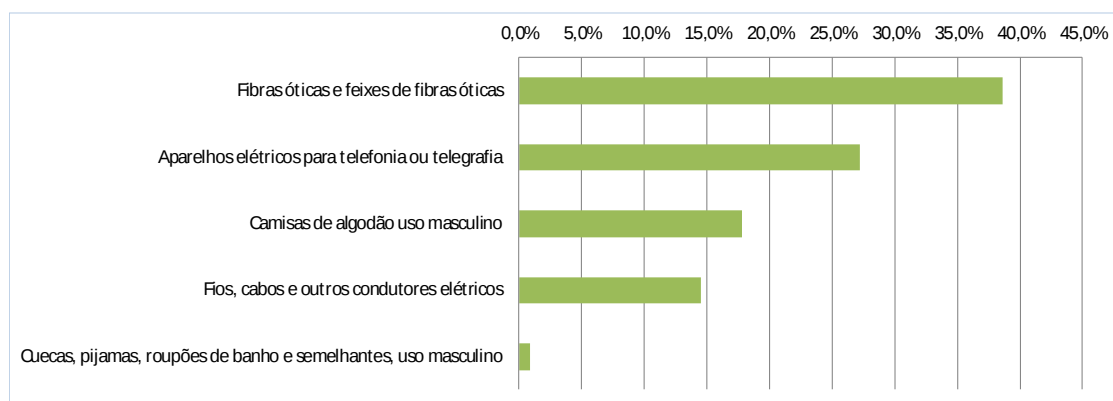


Composição das importações brasileiras originárias do Laos (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	0	0,0%	33	8,7%	223	38,6%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	0	0,0%	0	0,0%	157	27,2%
Camisas de algodão uso masculino	160	27,4%	262	68,7%	103	17,8%
Fios, cabos e outros condutores elétricos	77	13,2%	69	18,1%	84	14,5%
Cuecas, pijamas, roupões de banho e semelhantes, uso masculino	1	0,1%	14	3,6%	5	0,9%
T-shirts e camisolas de malha	38	6,5%	0	0,0%	0	0,0%
Camisas de malha, uso masculino	101	17,3%	0	0,0%	0	0,0%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	81	13,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	458	78,3%	378	99,1%	572	99,0%
Outros	127	21,7%	3	0,9%	6	1,0%
Total	584	100,0%	382	100,0%	578	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Altiweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	607	100,0%	
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	11	33,8%	0	0,0%	
Partes de aparelhos para movimentação de carga e máquinas para terraplanagem	6	18,5%	0	0,0%	
Correntes e suas partes de ferro ou aço	6	16,4%	0	0,0%	
Partes de motores utilizados na aviação e na embarcação	4	11,7%	0	0,0%	
Subtotal	27	80,4%	607	100,0%	
Outros	7	19,6%	0	0,0%	
Total	33	100,0%	607	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	1,5	2,9%	58,6	50,2%	
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	31,1	60,9%	19,7	16,9%	
Fios, cabos e outros condutores elétricos	12,8	25,1%	15,6	13,4%	
Microfones, altofalantes, amplificador	0,0	0,0%	6,3	5,4%	
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	0,0	0,0%	5,6	4,8%	
Cuecas, pijamas, roupões de banho e semelhantes, uso masculino	4,1	8,0%	4,6	3,9%	
Calçado com sola exterior de borralha, plástico ou couro natural	0,0	0,0%	2,5	2,1%	
Partes e acessórios para veículos automóveis	0,0	0,0%	2,4	2,1%	
T-shirts e camisolas de malha	0,3	0,6%	1,4	1,2%	
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	0,4	0,8%	0,0	0,0%	
Subtotal	50,2	98,2%	116,7	100,0%	
Outros produtos	0,9	1,8%	0,0	0,0%	
Total	51,1	100,0%	116,7	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alsiweb.

Principais indicadores socioeconômicos do Laos

Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,45%	6,94%	6,79%	6,74%	6,98%
PIB nominal (US\$ bilhões)	12,56	13,79	14,97	16,28	17,81
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.787	1.925	2.051	2.189	2.350
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,75	40,90	44,64	48,71	53,25
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.370	5.710	6.116	6.549	7.026
População (milhões habitantes)	7,03	7,16	7,30	7,44	7,58
Inflação (%) ⁽²⁾	0,94%	3,18%	2,30%	2,60%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-16,83%	-17,04%	-18,85%	-19,18%	-19,38%
Câmbio (K / US\$) ⁽²⁾	8,15	8,12	8,20	8,28	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura	21,3%				
Indústria	32,5%				
Serviços	21,3%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

